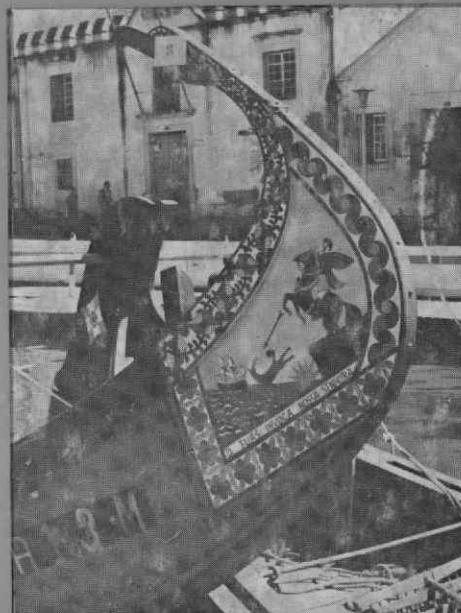


bik



AVEIRO E O SEU DISTRITO



PUBLICAÇÃO SEMESTRAL DA JUNTA DISTRITAL DE AVEIRO

NÚMERO

22

1976

FL
908
149

AVEIRO E O SEU DISTRITO

OFERTA DA
JUNTA DISTRITAL DE AVEIRO

DIRECÇÃO
EDIÇÃO
PROPRIEDADE



DA

JUNTA DISTRITAL DE AVEIRO bibRIA

Assinatura anual 60\$00

Número avulso 30\$00



*A Direcção da Revista não se considera vinculada
às opiniões dos autores que publica.*

AYTRO
DISTRITO

COMITÉ DE
LIBRERIA DE AYURO

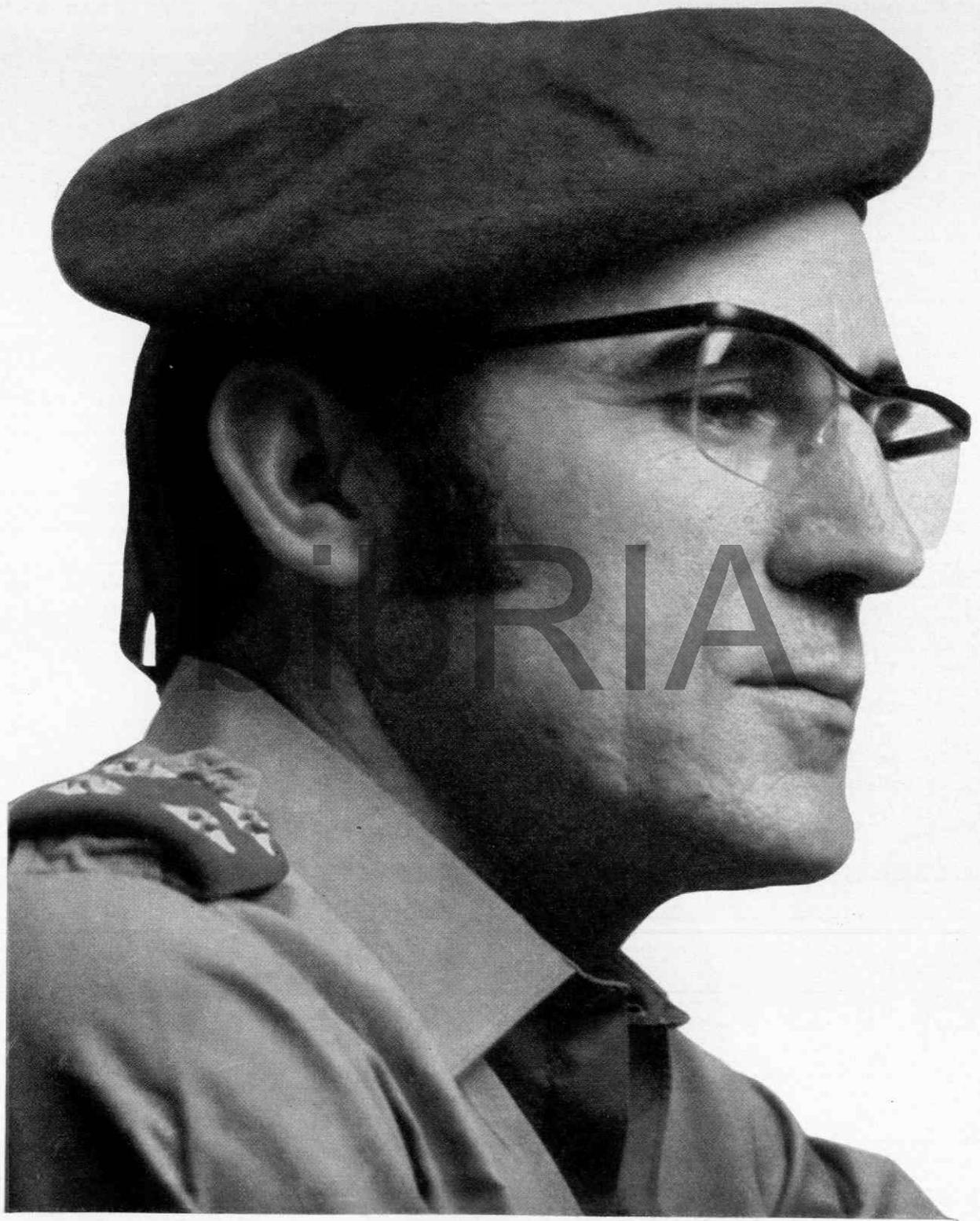


bibRIA



AYURO
DISTRITO

El presente es un documento de carácter informativo.
No debe ser utilizado para fines legales.



bibRIA

... Acima de tudo, o país quer viver e trabalhar em segurança e em paz. Sabe que só o trabalho nos pode salvar — o que pressupõe disciplina, respeito pelos outros, competência profissional e observância da necessária hierarquia das competências.

MÁRIO SOARES
Na posse do primeiro
Governo Constitucional



Explicação necessária

O presente número de AVEIRO E O SEU DISTRITO corresponde ao segundo semestre de 1976. A sua saída tardia deve-se à densidade política desse ano e, sobretudo, à sobrecarga de trabalhos emergente das Eleições para a Assembleia da República, para a Presidência da República e para as Autarquias Locais.

Um ano cheio de esperanças e concretizações democráticas.

Quiseram os Órgãos de Soberania festejar, nesse ano e com amplitude nacional, a data histórica do 5 de Outubro de 1910. Desse facto nasceu a temática dominante deste número da REVISTA.

Também se entendeu que a mudança de Governador Civil do Distrito e, conseqüentemente, a de Gestor da Junta Distrital de Aveiro a quem pertence a Direcção, edição e propriedade da REVISTA, justificaria a publicação da linha de rumo traçada pelo novo Governador no acto da sua entrada em funções.

Assim se fez.

Mas tudo isso não bastaria para que a REVISTA se quedasse no já feito em relação ao rico tema do 16 de Maio de 1828. Por isso se pretendeu arquivar nela e possibilitar a publicação em separata, duas peças do mais alto valor e significado: a notável conferência que sobre o tema da Revolução Liberal de 1828 foi proferida em Aveiro, no Salão Cultural das Fábricas Aleluia, em 16 de Maio de 1956, por JAIME CORTESÃO e a apresentação dele feita, por MÁRIO SACRAMENTO.

O próximo número será reservado à CADERVO — Comissão de Apoio ao Desenvolvimento da Região do Vouga — e totalmente preenchido com a colaboração de todos os seus Membros.

Palavras do GOVERNADOR CIVIL

AMIGOS :

Quis a vossa gentileza trazer-vos hoje aqui para me acompanharem no momento em que assumo funções no Governo do Distrito onde nasci e onde com muitos de vós lutei até ver restabelecida, com a Liberdade, a cidadania perdida.

Indicado pelos meus Camaradas, convidado pelo meu Partido, aceitei ser nomeado pelo Governo para este Cargo que sei não ser fácil mas ao qual vou dedicar o melhor de mim próprio, neste ocaso de vida.

E aceitei, sem me fazer rogado!

É que, Amigos, não é sem satisfação que nos sentimos escolhidos para um Cargo de confiança política num momento em que a Revolução está prestes a conduzir-nos à última das etapas da estruturação democrática da Pátria, rampa de lançamento indispensável para mais largos e seguros vãos.

Militante anti-fascista de sempre, pretendi, ao aceitar a escolha feita, contribuir, na medida do possível, para essa fase da Revolução!

Revolução sem armas, é certo, mas nem por isso menos importante e sem dúvida mais de harmonia com a minha própria maneira de entender Democracia. É que, Amigos, é nessa estruturação democrática da Pátria que o Povo-Nação floresce e em liberdade aponta, aos Governantes, o caminho que deseja trilhar.

*

Toda a Revolução é feita de avanços e de recuos! O que importa para que a Revolução seja em prol do Povo, é que cada recuo não nos leve a ponto mais recuado que aquele a que nos conduziu o recuo anterior. Às vezes, por incontrolados ou desarticulados com a vontade popular, certos avanços cegos motivam recuos que nos catapultam para a negação da Democracia, que o mesmo é dizer, para o adro do fascismo, bem encostado à paz sem remédio dos cemitérios da tirania.

Para que isso não suceda importará, sobretudo, que os avanços tenham, como base de sustentação e apoio, a vontade de avançar pelos caminhos que em liberdade o Povo escolheu.

E, se for preciso recuar, que se recue, mas o menos possível, isto é, sem dar azo a que os recuos — tantas vezes só aparentes — sejam injustificados ou possam abrir caminho a infiltrações indesejáveis.

*

Cada vez mais fortemente eu sinto que é na Democracia que esse objectivo se alcança.

Só ela consegue permitir que a vontade do Povo seja livremente expressa sem artificialismos de falsas vanguardas condutoras ou paternalismos ancilosantes de chicote atrás das costas.

*

É que só em Democracia é possível compreender a definição de povo dada por aquela criança de 9 anos que em inquérito do «Diário de Coimbra» mostrou uma maturidade política que muitos adultos invejariam. Disse ela:

«O Povo, para mim, é uma corrente de mãos dadas.»

Não resisti à tentação de aqui e agora repetir essa lição que tanto e tão profundamente me impressionou, ao lê-la.

Eu só substituiria o «é» pelo «deve ser»!

*

Sim, Amigos, em Democracia não pode nem deve haver uma só vontade, um só caminho.

É preciso que o Cidadão encontre à sua frente, escancaradas, para poder entrar, várias portas e não uma só. E entre, livremente, por aquela que o conduza àquele tipo de sociedade que com ele se identifique como realidade presente ou caminho para o futuro.

Em Democracia todos têm o seu lugar na escolha do caminho.

Os adversários, ou melhor, os inimigos da Democracia, os fascistas ou fascizantes, exigem de nós a Liberdade que amanhã nos negarão se não a defendermos deles e da sua peçonha.

Não é anti-democrático o negar a Liberdade àqueles que, através dela, a pretendam matar, conquistando o poder.

É por isso que consideramos todo o totalitarismo como fascista ou fascizante, porque só pela Liberdade é possível escolher o caminho que importa percorrer.

Quando um Povo consegue obter uma Constituição como aquela que é, hoje, a nossa Lei fundamental, é preciso que esse Povo saiba: que ao defendê-la, se defende; que ao exercitá-la,

pelo voto livre, se torna digno dela; que, ao exigir que todos a respeitem, impõe, democraticamente, a autoridade de que é fonte e titular.

*

Amigos :

A hora de mais uma escolha aproxima-se.

É uma escolha especial, essa, em que o cidadão eleitor se cruza nos caminhos da sua aldeia, na praça da sua vila e nos bairros da sua cidade com aqueles que vai escolher e conhece bem no guião das virtudes ou no sudário dos defeitos.

A descentralização em marcha é, talvez, o passo mais sério, o alicerce mais necessário ao edifício que todos nós, democratas, pretendemos construir.

As eleições para as autarquias locais são essa escolha e com ela, boa ou má, se obterá o bom ou o mau nessa fase da Revolução.

Para que o Povo seja, efectivamente, a corrente de mãos dadas de que falava a Pátria pequenina pela boca dessa criança-futuro que citei, é preciso que ela — a corrente — sirva para separar, de vez, os caciques manobradores do mal e protectores ou capa de terroristas, dos anseios dos trabalhadores que todos ou quase todos os portugueses são.

Que o Povo saiba que o Governador Civil de Aveiro, sem nunca abandonar a posição de militante do Partido Socialista de que se orgulha, tudo fará para que, em Liberdade, o Povo continue a dizer NÃO ao fascismo e à reacção. E não consentirá, na medida do possível, que se criem atmosferas de medo para obter resultados eleitorais que neguem essa Liberdade!

Quer os Cidadãos independentes que pretendam juntar-se e escolher, quando a Lei o permitir, os seus representantes; quer os Partidos Políticos, células aglutinadoras de vontades idênticas e bases da realidade democrática, poderão contar com a isenção do representante do Governo no Distrito de Aveiro.

É que, mais que a vitória do seu Partido, interessa-lhe a consolidação da Democracia, até porque, sem ela, nenhuma razão haveria para a sua existência e dos demais, à luz do Sol, em busca das verdades.

*

Sou um homem de esquerda!

Sempre o fui. Se nunca o escondi quando isso era perigoso,

não o faria, agora, em que por muitos dizerem que o são, o facto de o ser se torna mais cómodo.

Mas se sou um homem de esquerda, também sou um homem de direito e, como tal, tudo farei para que a Lei seja respeitada enquanto for Lei, qualquer que tenha sido a sua origem.

Considerar fascista uma Lei que ainda vigora, apesar dos vários Governos que a poderiam ter revogado e não o fizeram, é, pelo menos, desonestidade mental que só pode aproveitar a desordeiros, malfeitores, malandros e oportunistas pelos quais a nação verdadeiramente progressista e ordeira, não pode nem deve ter qualquer espécie de consideração a não ser aquela que merecem cidadãos de tal jaez.

A Democracia, mais que a tirania, exige Autoridade para a defender dos tiranos, tiranetes, tiraninhos e seus lacaios.

A autoridade democrática, fenómeno de delegação de poderes que o Povo faz, pelo voto, aos Governantes que escolheu, corresponde, nos regimes totalitários, a tirania e a repressão, coxins de baixa moral em que se recostam os ditadores.

A Lei não pode ser mera ocupação de colunas do «Diário da República»!

A Lei, votada pelos órgãos do poder legitimados pela Revolução ou pelo Voto Livre dos cidadãos, tem que ser acompanhada dos meios cívicos de a fazer respeitar e dos coercivos de a fazer cumprir, se necessário. Democracia cujas Leis não sejam respeitadas é Democracia moribunda ou em vésperas disso.

Contra os verdadeiros democratas só raramente são empregados os meios coercivos. Estes, os Democratas, sabem bem que não podem sacrificar a caprichos pessoais ou a interesses inconfessáveis, o principal sustentáculo da Democracia em que acreditam.

Quando os meios coercivos são empregados é porque não são democratas verdadeiros aqueles a quem tais meios se aplicam.

Quando tal sucede é a Democracia a defender-se, no mais indeclinável dever de todo o organismo vivo que quer continuar a viver. É a legítima defesa própria a actuar em toda a sua plenitude moral!

*

É altura de terminar — por demais abusei eu da vossa paciência — e quero fazê-lo com as mesmas palavras com que aqui, nesta mesma sala, terminou o seu discurso de posse o meu Ilustre antecessor, o querido Amigo, Doutor Neto Brandão, a quem presto as

minhas homenagens sinceras pela isenção e elevado espírito cívico de que deu provas durante o tempo difícil em que chefiou este Distrito.

«Enquanto eu aqui estiver, a reacção não passará!»

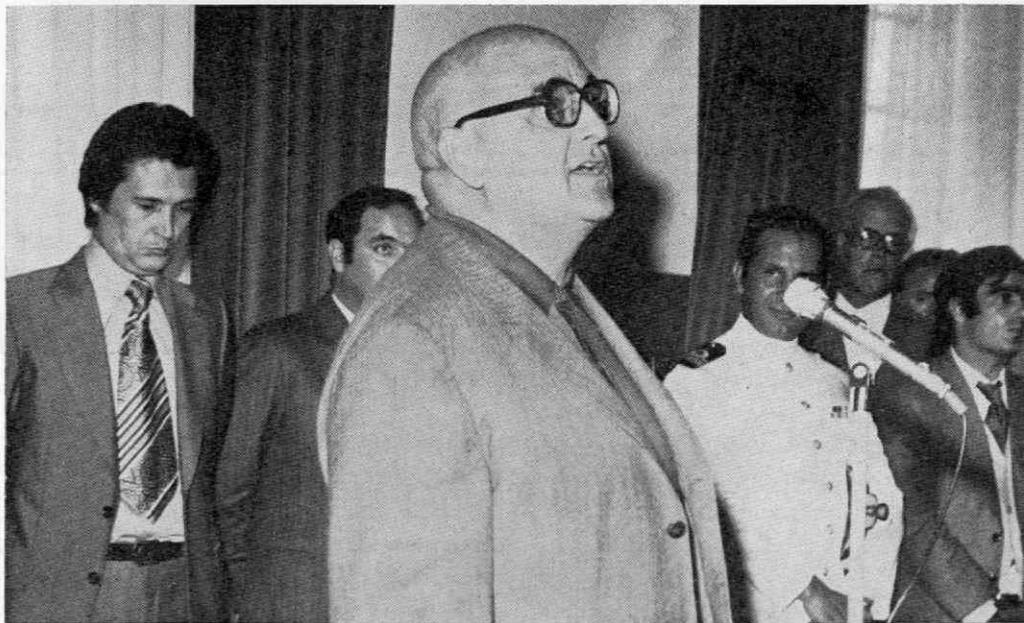
E não passou.

E não passará, até porque o Povo sabe, agora, que se tiver Liberdade — e tê-la-á, é em nome do Governo que eu o garanto — saberá usá-la para que a Reacção não passe.

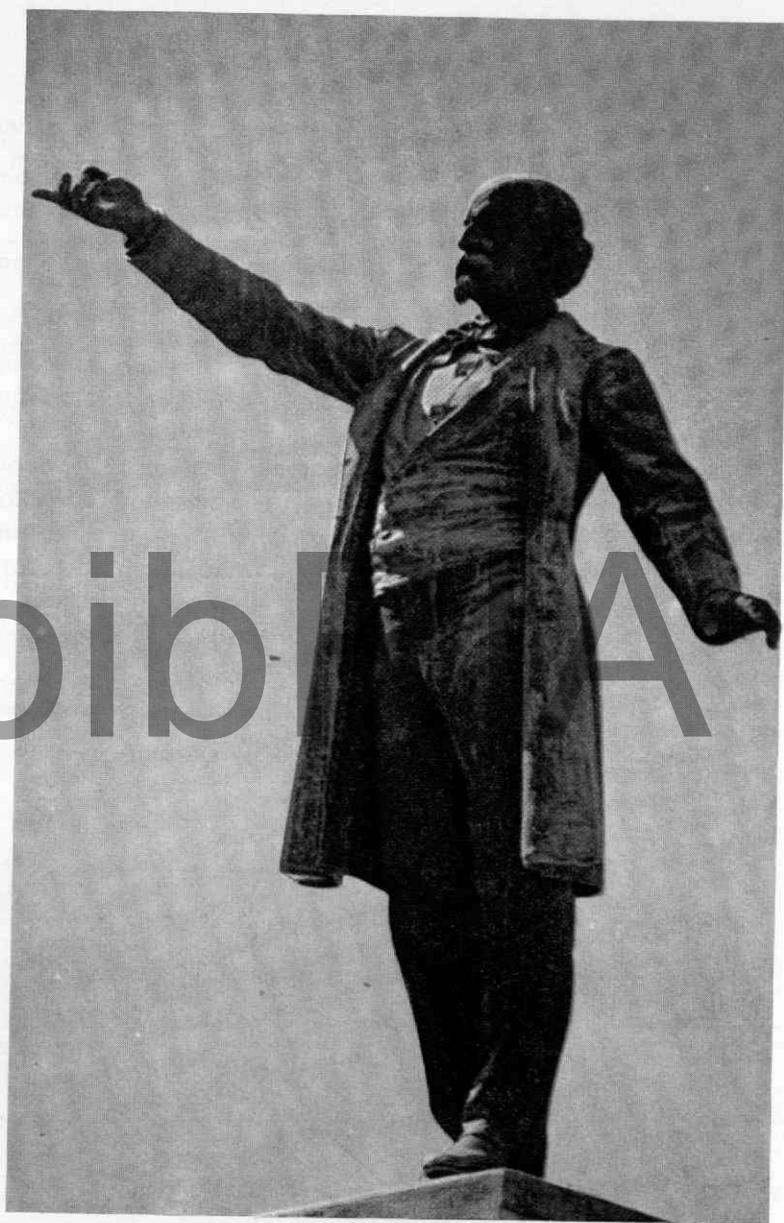
E não passará, qualquer que seja a roupagem com que se enfeite ou o canto com que pretenda encantar estas terras de Aveiro que, se são de marinheiros, sujeitos à tentação das sereias, também o são de liberais que não temeram a força da Praça Nova ou os esbirros de Salazar e de Caetano e suas escorrências locais.

Por Portugal e em Liberdade a reacção não passará!

(Proferidas em Aveiro no dia em que assumiu funções.)



O Governador Civil no uso da palavra



JOSE ESTEVAO

Notas sobre a implantação da República em Aveiro e seus antecedentes

Por Eduardo Cerqueira

O fermento dos ideais republicanos, em Aveiro, entrou na população autóctone de algum modo como o sal.

Terá vindo, antes mesmo de se sonhar com a mudança de regime, com a água que o trazia dissolvido do oceano, e, símbolo de sabedoria e agente esprevidador, crepitante e excitante, embebia as margens, na vila aberta ao fluir das águas. O sal reparte os seus predicados, por vezes de sinal contrário: por bons augúrios e votos de malquiitação. E é conservante, sem se demitir de excitador.

Precisamente a regular fluência de marés com águas vindas do oceano e imiscuições de ideias veiculadas pelas naves que dele vogavam pelas cales mais rasgadas até ao coração muralhado da vila mercantil, criava uma burguesia, com os defeitos e virtudes que lhe eram inerentes. Por um lado amalhando, e promovendo maior prosperidade e expansão à vida local. No outro aspecto, permeável a ideias, dispondo de elementos de informação e cotejo, criando em si, e em seu torno, um espírito mais receptivo.

A verificação — aliás, sem que o facto representasse senão uma penetração lenta, estratificada, que não subvertia as sedimentações de costumes e princípios de uma sociedade em equilíbrio estável — encontra-se, por exemplo, nessas peças essenciais da aveirografia que são os documentados e elucidativos trabalhos da história económica aveirense, do probo e lúcido Comandante Rocha e Cunha.

Bastará que nos abonemos com breves períodos das suas fundamentadas asserções, ao aludir ao modo como se explica a formação e progressivo crescimento da vila de Aveiro, e da sua especial psicologia colectiva, em qualidades e defeitos que a distinguiram de outras povoações da sua própria região: (!)

«Uma corrente comercial se representa, materialmente com intercâmbio de mercadorias, representa também, espiritualmente, um intercâmbio de ideias de

civilizações diferentes. O contacto que essa corrente estabeleceu com os povos do Norte, sobretudo ingleses, flamengos e holandeses e a larga permanência de elementos destes povos na própria vila, imprimiu à burguesia aveirense um carácter e uma mentalidade diferentes das outras povoações, que a ensimesmou, alheando-a quase inteiramente do interior».

Noutro passo, conseqüente do raciocínio formulado, observa que «este aspecto da mentalidade da sua burguesia dos séculos XV e XVI ainda hoje é um facto, como ainda hoje é um facto o amor pela ordem, pela liberdade, pela economia, a tolerância, a morigeração dos costumes, o asseio doméstico, e o gosto pela pompa dos cortejos religiosos».

E, premindo a mesma tecla, põe em evidência as diferenças que desde recuados tempos se verificavam entre os agrupamentos urbanos litorais e agregados do interior:

«A importância social da burguesia marítima assegurava maior soma de liberdades, a sua riqueza multiplicava actividades e criava o desafogo e o conforto, e, assim, as vilas marítimas eram centros de aspiração das populações rurais — que sofriam uma vida dura de trabalho, servidão e privações.

As tendências liberais, que virão a ser um título da psicologia aveirense, numa população a que velhas radicações poderão conferir a qualificação de autóctone, ou assimilada e, assim, compartilhando de similares propensões e gostos, e anseios, remonta pois a termos dos tempos medievos. E, com o progresso do tráfego portuário, crescente até ao momento do auge no final do terceiro quartel da centúria de quinhentos, o contacto com estrangeiros, e com as ideias de que eles eram veículo, essas tendências ter-se-iam firmado, se não incrementado.

O germe latente, apto e pronto a desabrolhar, ao primeiro estímulo de efectivas potencialidades, para fecundos resultados, determinaria a conduta eviden-

ciada por Aveiro, já em 1820, já, como consabidamente é conhecido, na revolução, malograda, mas com fogo não extinto, de 16 de Maio de 1828. E nesta, em que, na velha Praça do Pão — depois chamada do Comércio e actualmente sob a égide de Joaquim de Melo Freitas, republicano desde os tempos de estudante, aveirense ilustre, múltiplas vezes fiel intérprete dos sentimentos mais genuínos e vivos dos seus conterrâneos — se solta, como reiteradamente se tem escrito, o primeiro brado público contra o miguelismo, facto histórico que, mais que nenhum outro, Aveiro tem apresentado como motivo de ufania.

A história deste acontecimento — um dos marcos históricos aveirenses, uma data cultuada e a que a gente de Aveiro, persistentemente liberal, liberal e individualista (que os dois conceitos se geminam) se tem mantido de viva memória preiteante — está escrita. E não só em letra morta, mas rediviva na recordação, quase se diria no sangue de cada aveirense, de raiz e espírito.

Sabem-se os nomes dos mártires, justicados na força da Praça Nova, do Porto, vítimas da fidelidade aos ideais, e da sentença cruel da alçada em que se admite terem exercido influências intolerantes e inumanas da última — no tempo, e talvez no entendimento das suas obrigações e prerrogativas — das soberanas de «inauferíveis direitos», provindos do poder divino e a ele assimilados.

Os seus crâneos — como que de santos laicos, cujas relíquias são alvo de veneração e focos inexauríveis de inspiração — guardam-se no cemitério, onde repousam, na grande maioria, as figuras que desde esses tempos se distinguiram no dominante, quase poderíamos dizer intrínseco liberalismo da população de Aveiro. São poucos, mas cabe lembrá-los paradigmaticamente, com um sentido indeclinável de perpetuidade: o Desembargador Francisco Manuel Gravito da Veiga e Lima, Francisco Silvério de Carvalho Magalhães Serrão, Manuel Luís Nogueira, Clemente da Silva Melo Soares de Freitas, João Henriques Ferreira Júnior e Clemente de Moraes Sarmiento.

E, porque desses idealistas ficou o fermento e brotou o impulso, não se devem olvidar os que, mais afortunadamente, não obstante terem tamanhas ou maiores responsabilidades na frustrada revolução contra o miguelismo, puderam furtar-se à pena capital, perseveraram na luta e vieram a desempenhar papéis de realce na vida pública, local ou nacional.

Entre esses merece figurar à cabeça, sem dúvida, o desembargador Joaquim José de Queirós, o «façanhoso» chefe do movimento liberal aveirense, futuro ministro, discreto parlamentar, que se confinou aos trabalhos sem projecção pública das comissões, pai de um não menos íntegro magistrado, José Maria de

Almeida Teixeira de Queirós, e avô do romancista — o mais insigne das nossas letras — Eça de Queirós. Esse magistrado seria condenado a ser queimado em effigie, já que, escondido debaixo do junco de um pequeno barco conseguira furtar-se à perseguição dos esbirros, e, de Verdemilho, onde chegava um esteiro da Ria, tomar rumo a Ovar, e dali ao exílio. Cartista, da ala conservadora do liberalismo, entendia este, à maneira que, ao falar numa das cerimónias do centenário dessa mesma revolução, o considerava o insigne pensador aveirense Jaime de Magalhães Lima:

«O liberalismo vale pelo que promove em nosso ânimo, pela condição e elevação e alegria e saúde espiritual que determina e alimenta; não é pelo que fabrica do nosso barro palpável que o liberalismo vale ou desmerece e é erro ou virtude, porque isso que do barro se fabrica, barro é e mais nada, em pó e cinza se dissolve, e poderá ser muito pouco ou nada, conforme as contingências do momento. O liberalismo fabrica homens, não é alfaiá do fabrico das coisas, não serve para escudela de famintos nem para tonel de sibaritas, nem para degrau de potestades soberbas; é uma estrela do caminheiro».

E o tolstoiano ensaísta completa o seu pensamento, de algum modo e em larga extensão exprimindo o de Joaquim José de Queirós e seus companheiros na luta e nos sofrimentos pela Liberdade:

«O liberalismo é o respeito mútuo entre os homens, na sua totalidade e indivisibilidade, por esse princípio guiando e aferindo a dignidade de cada qual — assim como o autoritarismo, que nos seus infinitos modos e dissimulações se opõe ao liberalismo e o aborrece, é a ablação radical da personalidade e do exercício da consciência, é a vida coada pela opressão e pela irresponsabilidade — à qual irresponsabilidade os sectários do autoritarismo chamarão tranquilidade, doçura, quietação magestosa, ordem e disciplina, moeda corrente do mercado moral e político com que o despotismo usa embalsamar a aviltante prostração sonolenta dos que por natural inércia se lhe submetem de boa mente e entre esses anestésicos se sonham no paraíso».

Largamente explanaria a sua concepção de liberalismo — sua e de muitos que o procederam naquele movimento que o tinha como lábaro e como mola impulsional — afirmando mais adiante:

«O liberalismo é o respeito mútuo entre os homens, tanto negando a legitimidade da opressão inquisitiva, como exigindo a tolerância de pensamento e deliberação e acção de cada qual; é o reconhecimento da intangibilidade e da fecundidade do princípio de autonomia da decisão e da vontade de cada homem, desencarcerando-nos daqueles estados de parasitismo mortal, nos quais o poder mental e toda a energia do homem

era unicamente instrumento cego e dócil da vontade, e não raro do capricho de um outro homem...».

Outros dos que conseguiram furtar-se à sanha punitiva dos miguelistas inclementes e cegos na revindicta, alguns condenados também à morte pela alçada, merecem também ser recordados. Entre eles o Visconde de Santo António, Rocha Colmeiro, o Dr. Luís Cipriano e, mais jovens, mas também forçados a homi-siar-se, o próprio José Estêvão, filho primogénito daquele clínico, bondosamente paternal, e Manuel José Mendes Leite, o mais fraterno dos amigos do futuro tribuno empolgador.

Pondo de remissa, por inconsistente, um pretenso republicanismo, mesmo potencial, do intrépido apóstolo(?) dos princípios liberais e das, para o tempo, mais rasgadas regalias populares, que foi José Estêvão, dos prosélitos dessas ideias veio o levedar dos partidários da mudança de regime, já que a secular monarquia evidenciava de cada vez mais acentuadamente os esteios carcomidos e incapazes.

Só um acurado trabalho de rebusca através de jornais de há cerca de um século para cá — e em Aveiro, salvo de «**O Povo de Aveiro**» não há colecções ao alcance dos eventuais consultores com intuítos historiográficos ou de mera curiosidade pessoal — permitirá, mesmo lacunarmente, traçar as linhas gerais de reconstituição de um agrupamento republicano local, com características, verdadeiramente, de organização partidária.

Certamente já antes das comemorações do terceiro centenário da morte de Camões, que tiveram uma tão intensa influência na difusão e avigoramento dos ideais republicanos, havia adeptos mais ou menos sinceros, conscientes e ardorosos dos princípios e dos sentimentos que viriam a conduzir três decénios depois à mudança de regime. Mas eram isolados, desconexos, numa semi-clandestinidade.

Ao que parece, a primeira congregação de elementos com essas tendências partidárias, ficar-se-ia a dever à capacidade de organização e persuasão do então muito jovem oficial do exército que era Homem Cristo, o qual, não obstante as restrições que impunham sobre os militares, vinha exercendo uma acção apostolizadora, pertinaz e animosa, de republicanismo. O veemente jornalista, democrata muito mais pelas ideias em si do que por solidariedade com quaisquer homens que se arrogassem a liderança delas em qualquer momento, recordá-lo-ia mais de meio século mais tarde:

«No verão de 1881, antes, ainda, de ser colaborador efectivo do «**Século**», fundei, estando de licença em Aveiro, o **Centro Eleitoral Republicano Aveirense**. Meus irmãos reuniram umas dúzias de pessoas; fomos à noite para uma casa que o Joaquim Fernandes tinha

na Rua do Alfena; disse-lhes umas coisas e constituiu-se o novo grémio político com os assistentes. Não que fossem todos republicanos. Na maior parte **não eram nada**, como sempre sucede em casos idênticos. Com eles, porém, se iniciou o movimento republicano em Aveiro».

Claro que um procedimento desta natureza, num oficial do Exército, mesmo com a brandura usada ao tempo pelos governantes e as autoridades em geral, tinha os seus riscos: — «la-me saindo cara a brincadeira! — escrevia em comentário ao facto o ardoroso polemista: —. Um mariola qualquer escreveu uma carta anónima ao ministro da Guerra, contando-lhe o caso e pintando-lho, como fazem todos esses mariolas, mais feio do que ele era. O ministro mandou a carta ao Governador Civil pedindo-lhe informações. E eu tive a sorte de o governador civil tomar aquilo como uma rapaziada. (...) E o ministro, então, limitou-se a determinar que, por causa das dúvidas, fosse eu gozar o resto da licença para onde me agradasse, mas em Aveiro não podia continuar». Foi para Sever do Vouga, para casa de Eduardo Arvins, «velho e convicto republicano» e para além dessa circunstância, um «belo coração e belo carácter, homem muito culto e viajado» e aí passou o seu «primeiro **desterro político**», pois foi-o na verdade, embora de um carácter especial»⁽³⁾

Não será hoje fácil — se não é mesmo impossível — identificar essas «dúzias de pessoas», ainda que o número não fosse muito ajudado. Algumas, todavia, deixaram rasto, que, embora mesmo num relance com as características de fugaz superficialidade de que este se reveste, permite fixar-lhes os nomes de precursores.

Com alguns deles fundaria Homem Cristo, em Maio de 1882, o «**Povo de Aveiro**», órgão dessa parcialidade, que pouco a pouco atrairia mais adesões. E ainda na criação do jornal alguns não tinham declaradas convicções republicanas. Os demais, segundo também informa o famoso panfletário, que nele ao longo de seis decénios exerceria a sua veemente acção de doutrinação e combate, «eram pessoas amigas e que por amizade nos acompanhavam, digamos, numa expectativa benévola. E cita-os. Entre os primeiros, convictos e dispostos, às claras, à luta proselitica, os dois irmãos, ambos mais velhos que ele, Manuel e Fernando, António Ponce Leão Barbosa, António Augusto Mourão, Francisco Rodrigues da Graça — o Francisco da Maurícia, como era geralmente conhecido, e que foi um dos mais devotados membros da comissão popular que tomou a seu cargo a erecção da estátua ao egrégio tribuno aveirense José Estêvão Coelho de Magalhães. E, mais conhecido, um dos grandes paladinos da República, aveirense por ascendência paterna, Sebastião de Magalhães Lima, que geralmente se ignora

ter feito parte da sociedade constituída para fazer publicar o semanário, que, em pouco tempo, foi passando, gradualmente, a ser dominado pela personalidade de Homem Cristo, o qual acabaria por ficar seu exclusivo proprietário e quase seu redactor exclusivo em várias ocasiões.

Os demais sócios da empresa eram João Simões Feixinho, Bernardo da Cruz Maia e Anselmo Ferreira, que, este pelo menos, se foram imbuindo dos ideais republicanos dos seus amigos. Mas, embora não participasse na sociedade fundadora do que haveria de



HOMEM CRISTO

tornar-se, graças à personalidade de jornalista medular do seu inspirador, um semanário de projecção nacional, com leitores ávidos, desencadeador de ataques a ídolos—com ou sem pés de barro—profligador de erros e dos que deles tirassem ou não proveito, o aludido Joaquim Fernandes, em cuja casa se decidiu formar o Centro Eleitoral Republicano, se o não era já efectivamente, era, sem dúvida, um republicano potencial. Mostrá-lo-ia, claramente, poucos anos depois, pela ardorosa atitude que evidenciou na luta política que se travou em Aveiro, na segunda metade de 1888, entre os adeptos do Manuel Firmino, então a exercer as funções de governador civil e que preten-

dia fazer entrar no hospital da Misericórdia irmãs da caridade, e um avultado número de aveirenses com tendências republicanas ou afins, que tomavam essa entrada de religiosas como uma intolerável afronta à memória de José Estêvão. A comissão que promoveu a elevação do monumento à sua memória, desta última feição, na generalidade, chegaria mesmo, por esse motivo, a protelar-lhe a inauguração.⁽⁴⁾

Joaquim Fernandes distinguiu-se pelo calor tomado nessa luta, que teve repercussão em todo o País. E tão ardorosas e abertas foram as suas atitudes que o padrinho de baptismo, Francisco António do Vale Guimarães, que disfrutava de larga influência pessoal e política, para poupar o afillhado a prováveis represálias no exercicio da sua arte, única garantia que tinha de subsistência—a Rua do Alfena era vulgarmente chamada Rua dos Ferradores, que ali se concentravam, e essa era a sua, dele, profissão—conseguiu colocá-lo em Lisboa.

Aí chegou a sargento-ferrador da Guarda Municipal, e, cremos que ainda da Guarda Nacional Republicana. E, em Lisboa, o protegeram, por solidariedade política, naturalmente, e como patricios, Sebastião de Magalhães Lima e Homem Cristo—dois amigos que as vicissitudes da política viriam a afastar, por vezes com acrimoniosos choques de atitudes e palavras, e com reatamentos mais ou menos consistentes.

Republicano até ao fim da vida, que não foi das mais curtas, Joaquim Fernandes manteve fidelíssima amizade por Homem Cristo. Quando este, primeiro três vezes por semana, e, mais tarde, duas, ia ao Porto dar as suas lições, professor catedrático que foi da respectiva Faculdade de Letras, aguardava-o sempre à chegada do comboio e à sua guarda ficavam os livros com que durante a viagem o professor de História da Universidade portuense dava os últimos retoques à preparação das lições que ia ministrar.

E, antes do comboio do regresso, não só os ia colocar no lugar que previamente marcara, juntos a agasalhos que Homem Cristo eventualmente levasse a mais para o percurso—pois as carruagens então ainda não eram aquecidas—mas comprava-lhe o bilhete com antecedência, pois a última lição do austero professor terminava a hora que lhe não dava grande margem para chegar a tempo ao comboio.

Desses cuidados beneficiou o autor destas linhas, largo número de vezes, desde que um dia o simpático e prestimoso ancião descobriu que o estudante, ao tempo, daquela escola superior, era bisneto do padrinho dele, Francisco António do Vale Guimarães.

Mas de outros republicanos dessa época há notícia, ou, pelo menos, uma mera alusão, aqui ou além.

Sabe-se, por exemplo, que «antes da Revolução de 31 de Janeiro de 1890, se organizou em Aveiro um

comité revolucionário, a fim de proclamar a República, após o grito de revolta a soltar no Porto e que deveria ser secundado em todo o País».

Ora, neste comité, em que entravam além de alguns pioneiros já apontados — Francisco Manuel Homem Cristo, seu irmão mais velho Manuel Homem de Carvalho Cristo e António Ponce de Leão Barbosa — apareciam nomes novos, de alguns dos mais férvidos prosélitos da causa republicana: Francisco António de Moura, Dr. Manuel de Melo Freitas, Dr. Joaquim de Melo Freitas, Domingos José dos Santos Leite, José Gonçalves Moreira, Manuel Dias e José Gonçalves Gamelas.

Esta dezena de aveirenses, partidários da mudança do regime, abriu, entre si, e, assim, com sigilo, uma subscrição para a compra de armamento destinado à revolta. Cada um contribuiu com cem mil réis, sem dúvida uma avultada quantia para a época. E com outras importâncias subscreveram outros partidários das instituições republicanas, pois a subscrição, que prosseguiu, chegou a atingir cerca de 3 contos.

Numa primeira reunião, feita na Gafanha da Nazaré,⁽⁵⁾ então quase erma e, assim, em condições excelentes para que os conspiradores não pudessem ser descobertos, surgem na fonte de que para esta particularidade nos socorremos dois outros aveirenses, Elísio Filinto Feio e Joaquim Fontes Pereira de Melo, a par dos já apontados Drs. Manuel e Joaquim de Melo Freitas e José Gonçalves Gamelas.

As armas adquiridas, redobrada a vigilância, como é natural, após a revolta do 31 de Janeiro, necessitavam do esconderijo mais recatado. Assim, cremos que por Manuel Dias, com as facilidades de que dispunha, foram escondidas numa dependência de arrumos, da velha casa do Morgado da Oliveirinha — então a do influente Castro Matoso e, digamos, a do irmão deste, o chefe do Partido Progressista, e, pois, um dos árbitros da política nacional, José Luciano de Castro, que demasadamente se olvida que é aveirense.

Claro que nenhum dos encarregados de farejar a existência de armas clandestinas, por mais apurado faro policial que possuísse, conceberia a ideia de que armamento com finalidades subversivas se encontrasse no oculto resguardo do solar de dois pilares das instituições monárquicas.

Só uma vez o caso esteve por um triz, para poder ser descoberto, segundo um dia ouvimos da boca de Homem Cristo, um dos mais comprometidos dos conspiradores aveirenses, como pelo que narramos é fácil de calcular.

Joaquim Fontes tinha uma barbearia, na Praça do Comércio — o foco, com a Arcada, desde as lutas liberais do primeiro terço do século, da vida política

local. Inteligente, devotado aos seus ideais, mas bastante loquaz, como é proverbial nos profissionais daquela arte, teria igualmente o gosto de se mostrar nos segredos, se não dos Deuses, ao menos nos que se circunscreviam á escassa e selecta roda. Uma ocasião, a um qualquer freguês, na política de ideias e filiação antagónicas às suas, desprende a língua; e, se não fosse a incredulidade com que o interlocutor teria encarado o conhecimento de que blasonava, teria desvendado o sigilo a que com poucos mais se obrigara a manter.

Uma figura que ocupou uma posição de relevo pronunciado, entre os republicanos dessa época foi indubitavelmente Francisco António de Moura, que morreria a 12 de Fevereiro de 1910 e, assim, a menos de 8 meses da proclamação do regime pelo qual pugnara durante mais de meia centúria de anos.

O órgão do partido⁽⁶⁾ assinala-lhe o falecimento ocupando toda a primeira página e desta passando à imediata, pois que «Francisco António de Moura era uma relíquia veneranda dessa legião de intemeratos republicanos que sempre se nortearam pelos mais elevados ideais democráticos, e que nunca torceram caminho, contemporizando com os poderosos influentes, que, nesta agonia do regime, têm, em defesa do trono, acendido as velas no altar e que pelas regalias da igreja precipitam a monarquia no abismo do retrocesso e da opressão».

E no encomiástico artigo necrológico — como todos os desta feição pecando pela superlativação de virtudes, efectivas embora —, depois de apontar alguns dos homens que em Aveiro, com ele se ligaram «contra essa floração de pântano» e entre os quais surgem revelados os nomes ainda não mencionados de António da Silva Pereira e do Dr. José Crispiano da Fonseca — que dirigia os correios e apenas clinicava graciosamente — aponta-lhe «virtudes que fizeram dele um cidadão exemplar». E acentua que «O Centro Escolar Republicano de Aveiro se deve em grande parte à iniciativa tenaz de Francisco de Moura».

E, mais, como, aliás, ficou na memória, ao mesmo tempo que lhe recordava a «conversa alegre e uma bonomia constante e uma indulgência, sem vacilações», assinalava o seu larguíssimo espírito de solidariedade humana:

«Da farmácia de Francisco de Moura saíram, de graça, muitos remédios para acudir aos desgraçados. E daquela gaveta recôndita quantas esmolos sufocavam os frémios da dor. Tudo, porém, se passava evangelicamente, no segredo, a ocultar, nesse vago receio de que alguém sonhasse esses benefícios.»

Não está no propósito destas notas rememorativas dar, mesmo fugazes, traços biográficos dos mais antigos,

constantes e prestimosos republicanos do tempo da propaganda. Apenas, a talho de foice, nos detivemos em algum deles e, neste em particular porque, como escreveu um seu correlegionário: «jamais encontraremos quem o substitua nos trabalhos partidários, a que se entregava de alma e coração».

O aludido Centro Escolar Republicano foi criado ao termo do primeiro trimestre de 1909. O órgão do partido, «**O Democrata**»,⁽⁷⁾ aliás fundado apenas um ano antes, tendo como director Arnaldo Ribeiro e redactor principal o Dr. André dos Reis, revelando a sua próxima entrada em funcionamento, agregadora, incentivante, observava que havia já anteriormente anunciado para as actividades partidárias uma nova fase de actividade e progresso que as faria sair definitivamente da apatia em que se vinham arrastando. E num artigo que intitula «A Instalação d'um Centro», exprime-se nos seguintes elucidativos termos:

«Havia vontades, havia elementos, havia forças, mas tudo disperso, sem coesão, sem esse alento e sem esse ânimo que a união dá, sem esse entusiasmo que nasce do mútuo auxílio e do mútuo incitamento».

E, mais alguns passos adiante, prosseguia: «Nunca nos faltou a convicção, nunca a nossa fé se quebrou, nunca nossas vontades e nossa abnegação pelos mais altos ideais teve um desfalecimento. Nunca nos arrependemos nem choramos os nossos esforços, mas algumas vezes nos sentimos faltos de companheiros resolutos e desassombrados que nos animassem com a sua propaganda e nos aquecessem com a sua actividade.

«Porque eles não existissem? Não; porque eles não reuniam as suas almas numa só alma, as suas vontades numa só vontade, os seus braços num só braço, os seus esforços num só esforço dominador e imponente.

«O que faltava ao Partido Republicano de Aveiro, o que nos faltava a nós, à nossa ideia, era alguma coisa que nos juntasse e nos prendesse, com interesse, com capricho, com alegria. Faltava-nos a acção, o calor das multidões e dos ajuntamentos, faltava-nos o amor, a paixão impetuosa, e, numa palavra, faltava-nos um Centro».

E, considerando este como uma necessidade a tomar no imediato, pois representava uma aspiração em todos os republicanos aveirenses, latente, refere que nesse sentido se tinham, há tempo, encetado os trabalhos preliminares da concretização desse desejo, e efectuado «as combinações, os preparativos, os delineamentos da magnífica e frutuosa ideia, no silêncio, quase no segredo».

Ora o Centro ia ser inaugurado, a curto trecho. («Finalmente! Felizmente!») E dava uma ideia das instalações e da função que ia exercer. Centro escolar, teria «sempre as suas salas franqueadas aos sócios e

proporcionar-lhes-ia, além de inocentes passatempos, como qualquer clube, leituras e conferências de toda a utilidade».

Depois descreve a sede escolhida para o Centro, na «espaçosa casa da **Rua do Campeão das Províncias** que olha, do cimo da Rua de José Estêvão, onde esteve instalada a Creche».⁽⁸⁾

Nessa descrição pormenoriza: «A casa, que possui magníficos salões, numerosos compartimentos e um vasto quintal, onde se realizarão os nossos comícios, visto que pode comportar 8000 pessoas, pertence ao Sr. Dr. Casimiro Barreto Ferraz Sachetti, par do antigo reino e antigo governador civil do distrito na situação franquista».

Com espírito de justiça frisa mesmo: «Não queremos deixar de nos referir ao nobre procedimento de S. Ex.^a, que, ao contrário do costume de muitos monárquicos (...) não teve dúvida alguma em nos alugar o seu prédio, declarando com a correcção e delicadeza própria do seu esmerado e fino trato que nada tinha com as ideias dos seus novos inquilinos, e que, por isso, não fazia dúvida alguma em entregar ao partido republicano de Aveiro a chave da sua casa». Seria motivo essa atitude de tolerância para que nela pusessem os olhos «os entes mesquinhos e odientos que por todos os meios procuram contrariar a nossa propaganda...»

Para tratar da inauguração do centro efectuou-se uma reunião de republicanos, os quais nomearam para gizarem um programa e lhe dar execução um grupo de correlegionários constituído por António Augusto da Silva, Manuel Marques da Cunha, Bernardo de Sousa Torres, António Maria Ferreira e Manuel Lopes da Silva Guimarães.

Essa comissão — cujos nomes damos apenas para que, mesmo em repetição, fiquem registados entre os propugnadores dos princípios republicanos antes do advento do novo regime — seria praticamente dispensada do trabalho da inauguração inaugural para que fora designada.

A inauguração seria suprida, ao que somos levados a crer, por uma sessão solene efectuada em 21 de Março⁽⁹⁾ e que «festejava a estada em Aveiro do nosso eminente correlegionário Sr. Dr. Manuel de Arriaga,⁽¹⁰⁾ que da melhor boa vontade acedeu ao convite da comissão instaladora do Centro Escolar Republicano para o visitar...»

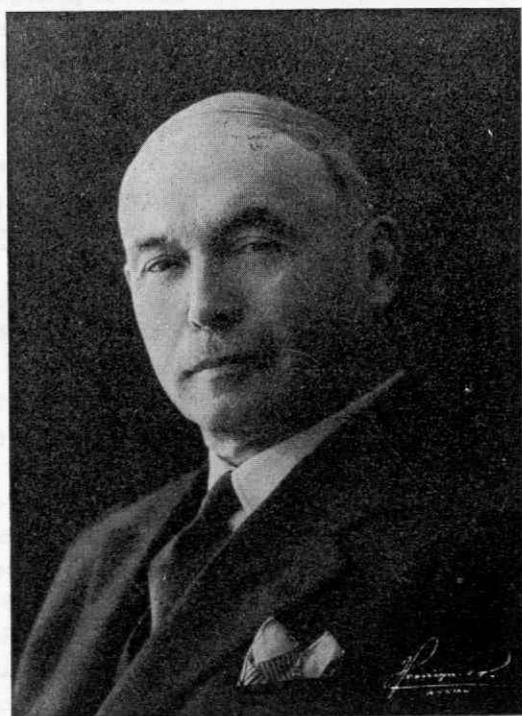
O futuro Presidente da República que, a convite de António Maria Ferreira, assumira a presidência e se fez secretariar por José Gonçalves Gamelas e Adriano Costa, foi alvo de entusiástica manifestação.

Abriu o seu discurso, declarando ter dito na conferência que viera proferir no Teatro Aveirense sobre o grande e simpático vulto da Liberdade que era

José Estêvão apenas um terço do discurso que tinha em mente. Hóspede como era, não queria vir a Aveiro, com a sua apreciação e com as suas ideias políticas, suscitar inimizades e levantar malquerenças naqueles que o haviam convidado. No Centro, porém, diria tudo quanto tencionava dizer e, assim, lendo repetidas passagens dos discursos de José Estêvão, analisou as suas ideias. E, tirando as suas ilacções dos trechos lidos e glozados, afirmaria ter sido o egrégio aveirense monárquico por se haver deixado influenciar pelas tradições e, assim, com o seu pendor romântico e a sua boa fé ingénua, quis conservar a figura decorativa de um rei que reinasse sem governar. E, na sequência das suas considerações fluentes, acentuou as puras intenções que ele pretendia: a coroa despida de todos os privilégios perigosos para a soberania do povo e para a Liberdade, o que para ele, orador, se afigurava uma autêntica fantasia.

Reportando-se depois ao Partido Republicano, e ao encargo difícil e pesado que lhe cabia «de libertar a pátria e unir os homens num estreito abraço de solidariedade, pela justiça e pelo bem», recomenda a preparação metódica e conglomeradora para o combate na cruzada de emancipação. E, «pensando na revolução e preparando-a como deve ser», mas tendo no pensamento que era «preciso, contudo, não falar na revolução para que ninguém a espere. A revolução há-de fazer-se de improviso, embora preparada maduramente no silêncio».

Nessa sessão, ao mesmo tempo revestida de solenidade e de desbordante expansão de entusiasmo,



DR. ALBERTO SOUTO

além do discurso de Manuel de Arriaga, «repassado de uma sinceridade e de uma fé admiráveis, cheio de graça e com todos os encantos da sua alma poética», falaram ainda Rui da Cunha e Costa, Alberto Souto e, por fim, Pádua Correia, que, na sua persistente tarefa de apostolado republicano, frequentes vezes veio a Aveiro.

Ora, uma vez inaugurado, o Centro Escolar Republicano empenhou-se em cumprir efectivamente os propósitos que determinaram a sua criação. E nos meses subsequentes a esta desenvolveu uma actividade constante.

Assim, se já em 3 de Abril anuncia que a secretaria, aberta todos os dias das 8 às 10 horas da noite tem patente a inscrição para novos sócios—já que o número de republicanos notoriamente ia engrossando—em 15 de Maio seguinte divulgava na Imprensa que os eventuais interessados—na mesma secretaria, e agora desde as 6 da tarde até às 10 da noite—podem inscrever-se como alunos da escola que pusera em funcionamento.

Logo, todavia, dá começo a uma série de conferências e reuniões de propaganda política.

Assim, nesse dia 15 de Maio, o Dr. António Maria Marques da Costa—cuja apresentação foi efectuada pelo activo Rui da Cunha e Costa—dissertou sobre o tema «A Higiene da Criança» e, uma semana exacta depois, «o ilustre democrata de Espinho», poeta de celebrados méritos, amigo e correspondente assíduo de Unamuno, Dr. Manuel Laranjeira, dissertaria sobre «O que entre nós deve entender-se por mudança de regime».

E nessa última data já pode, pois, escrever-se⁽¹¹⁾ que: «O Partido Republicano entrou decisivamente numa fase de actividade que muito nos anima e de que há a esperar muito lisonjeiros resultados para a causa da República e da Pátria».

Alfredo de Magalhães viria bastas vezes a Aveiro, quer em 9 de Maio, pronunciando no Centro uma conferência, a que presidiu Francisco António de Moura, quer, por exemplo, em 30 do mês referido, após um comício em que participou, na antiga vila de Eixo. E, então, falando na mesma agremiação republicana aveirense, a par de Alberto Souto e de Bartolomeu Severino, «fez um dos mais primorosos discursos que lhe temos ouvido».⁽¹²⁾

Poderia alongar-se a lista das iniciativas tomadas nesse período de entusiasmo pelo Centro. As citadas, todavia, supõem-las suficientes para comprovar o afã com que se lançou na propaganda.

Anotemos todavia que nele se efectuaram, a 3 de Junho, as eleições para a Comissão Municipal Republicana de Aveiro, que, segundo a lei orgânica, deveria «gerir os negócios concelhios do partido durante o

futuro triénio», mas que, afinal, dado que a almejada proclamação da República demoraria já apenas uns dezassete meses, não chegaria a terminar o mandato.

A comissão ficara constituída do seguinte modo: Efectivos — Bernardo de Sousa Torres, António da Cunha Coelho, Manes Nogueira, António Maria Ferreira e Manuel Augusto da Silva. Substitutos — José Marques de Almeida, Arnaldo Ribeiro, Francisco Miguel Picado, Manuel Barreiros de Macedo e José Pereira de Carvalho Branco.

Vários destes nomes aparecerão, implantada a República, dezasseis meses depois, a preencher lugares nos quadros políticos e administrativos. Um deles, homem de muito isento idealismo e que no seu estabelecimento de livraria, aos Arcos, tinha a assídua frequência de muitos dos mais ilustrados e firmes de convicções, Bernardo Torres, viria mesmo a ser presidente da Municipalidade.

E, porque vem a propósito, uma vez que já neste elenco directivo figura como suplente, lembremos que por toda a vida — que não foi das mais curtas — ficaria substituto Manuel Barreiros de Macedo, industrial de padaria, de inabaláveis sentimentos republicanos, de letras gordas, canhestro de elocução, imprevisto intelectualmente, mas generoso, sempre pronto a puxar os cordões à bolsa para as iniciativas partidárias, e a que em sinal de reconhecimento se atribuía apenas e inalteravelmente um cargo sem função. («Sempre substituto! sempre substituto!» — lamentava-se ele um dia, num desabafo de homem desgostoso por ser sistematicamente relegado para um posto secundário e sempre inactivo).

Os filiados aumentam em número, e os quadros vão sendo formados. O regime monárquico está abalado, infirme, à mercê de um movimento insurreccional que não se sabe quando surdirá, mas cuja eclosão se pressente (e não só pelos que a desejam) para um futuro próximo. E, nessa persuasão, assente em seguros prenúncios, efectua-se, para prevenir qualquer eventualidade, uma prévia formação de equipas para os postos da administração pública, logo que haja que ocupá-los.

A revolução republicana, que iria derrubar as velhas instituições ao eclodir em Lisboa, não terá constituído, pois, uma inteira surpresa. Havia, ao que é de presumir, quem estivesse no conhecimento dos preparativos. Mas, como se impunha, mantinha o segredo desses secretos trabalhos numa pequena roda de correligionários discretos e seguros. Nos demais, ainda que houvesse um pressentimento, não existiam concretos elementos que habilitassem a crer na brevidade da acção e do êxito.

Ora, como diria um dos periódicos locais, quando a Aveiro chegaram, reiterados e com crescentes moti-

vos de crédito, os rumores da revolução do Cinco de Outubro em Lisboa e do seu êxito: «o berço da liberdade chamado não se manifestou, não veio à rua de armas na mão, em defesa ou das velhas instituições ou da causa da República». (13)

E o mesmo conceituado jornal aveirense — que logo em 1852, no seu número um, insere um artigo do punho de José Maria Teixeira de Queirós (14), pai do romanista Eça de Queirós, que não se afasta muito dos princípios preconizados para a República então implantada — dá, sucintas e impressivas, as razões, da expectativa com que a população aveirense, prudente mas ansiosa, se conservou nessa expectativa:

«Aveiro, que não decidiria do triunfo, assistiu serena até ao fim, ao desenrolar do sangrento combate, àvida de notícias desde o primeiro instante — dessas notícias que ainda hoje se não conhecem em todos os seus pormenores».

E, na sequência do breve panorama que traça, com bastante objectividade, do ambiente de contenção, de receio de uns e esperança de outros, observa que a sensação colhida pelo articulista era a de que o movimento político desses dias, de intensíssimas vivências, e nas suas repercussões e vivas impressões, «produziu no ânimo público desta boa e pacata terra portuguesa, onde havia adeptos da monarquia e sólidas dedicações à República, mas ninguém quis o derramamento de sangue, que seria inútil sacrifício, sem vantagem para a causa que se debatia.

«Assim, desde as primeiras horas, desde o primeiro momento, se procurava obter informações que nem o telégrafo nem os jornais, nem mesmo os passageiros dos comboios, que, provindos do sul, tocam na estação dos caminhos de ferro da cidade, conseguiram trazer-nos».

E completa o seu depoimento, que se sente de um entusiasmo mitigado pelo desejo de não trair os factos tais como se passaram, e não entre qualquer das parcialidades políticas, mas na generalidade da população:

«Esses dias (digamos de 4 a 6) foram de uma ansiedade atroz, cruel. Cortadas as comunicações telegráficas, embaraçada a circulação nos caminhos de ferro, tivemos de contentar-nos com a incompleta informação dos jornais do Porto, que tiveram larga procura — como nunca atingiram».

O primeiro jornal aveirense que menciona a revolução é «O Democrata». (15) Na primeira página, composta ainda e impressa na ignorância da revolução, notícia já com certo relevo a morte de Miguel Bombarda. Antes de completas, porém, as páginas interiores, a novidade, imprecisa, sem pormenores, surge cheia de ambiguidades e incertezas. A impressão ficara suspensa, com os responsáveis do semanário e amigos



Auto de posse da Comissão Municipal Administrativa Republicana

Aos nove de outubro de mil nove centos e dez, =
sendo uma hora da tarde, n'esta sala nobre dos =
Sacos do Concelho da cidade d' Aveiro, na presença =
de muito povo, compareceu o cidadão Cezar Amadeu =
da Costa Cabral, alferes de Infantaria, Commissario e =
Administrador d'este Concelho o qual tomando a pala =
vra e lendo o officio seguinte:

"Cidadão Administrador do Concelho d' Aveiro:

Communico-vos em harmonia com as instruc =
ções recebidas do Governo Provisorio da Republica, =
que nomeio para vogaes effectivos da Comissão =
Municipal Administrativa d'este Concelho os cida =
dãos Doutor André dos Reis, para presidente; Al =
fredo Augusto de Lima Castro, José Marques de

Vilhena

Almeida, Eduardo de Pinho das Neves, Francisco =
Migueis Picado, Manoel Lopes da Silva Guima
rães, Francisco Casimiro da Silva, João Ciffonso
Fernandes e Antonio Maria Ferreira e para =
substitutos Henrique dos Santos Rato, Manes =
Vogueira, Bernardo de Souza Torres, Domingos =
Martins Villaça, Eugenio Ferreira da Costa, =
João da Cruz Bento, Antonio da Cunha Coelho, =
Amandio Ribeiro da Rocha. Logo que empossada
deveis requisitar e remetter-me certidão do auto =
de posse que deverá ser tomada com a maxima
urgencia, a bem da Republica."

Declarou que em nome do Governo Provi-
sorio da Republica Portugueza e em virtude =
d'aquella communicação dava posse aos referi-
dos cidadãos dos cargos para que tinham sido =
nomeados e constam do referido officio.

Do que para constar se lavrou o presente-
auto que vae ser assignado por elle cidadão =
Administrador do Concelho, pela Vereação em
possada e por todos quantos o desejem e bem =
assim por mim secretario que o subscrevi e assi-
gno, declarando em tempo que por lapso se deixou
de mencionar na lista dos cidadãos vereadores =
substitutos o senhor Manoel Marques da Cu-
nha.

E eu, (ass.) Firmino de Vilhena d'Almeida =
Maia que o subscrevi e assigno.

(ass.) Cezar Amadeu da Costa Cabral, Admi-
nistrador do Concelho
Andre dos Reis

Alfredo Augusto de Lima Castro
José Marques d'Almeida
Eduardo de Sinho das Neves
Francisco Viqueio Sicado
Manceel Lopes da Silva Guimarães
Francisco Casimiro da Silva
João Affonso Fernandes
Antonio Maria Ferreira
Firmino de Vilhena d'Almeida Waia
Arnaldo Ribeiro
Alberto Ruella
Domingos João dos Reis Junior
Aurelio Costa Oliveira
Arthur Reis
José de Sinho
Casimiro d'Almeida Barreto
Adriano de Vilhena Ferreira da Cruz
Alfredo Osorio
Henrique da Rocha Sinto
Jeremias Lebre
Silverio Augusto Barbosa de Magalhães
Augusto Decrook
João Nunes da Waia
Antonio de Brito Ferreira de Resende
Antonio Rodrigues Vieira
João Gamellas
Manceel Marques d'Almeida
João Gonçalves Magdalena Junior
Tiburcio Gomes Carapina
João Nunes Cabello
Joaquim Vicente Ferreira

José Rodrigues Vieira
Augusto José de Carvalho
Florentino Vicente Ferreira
José Nunes Branco Junior

Está conforme
Aveiro e Secretaria Municipal, 10 de Outubro de 1910-
1.ª da Republica.

O Secretario da Camara
Simão Rodrigues Palmeira Affonso

políticos mais fiéis e mais ansiosos em vigília, à espera da ansiada notícia da vitória. Estão todos a postos, para que o jornal circule com a boa nova já na manhã desse dia seis, em que todas estavam em alvo-
roçado desejo de conhecer os acontecimentos da capital.

De manhã, o jornal, nessa altura, como se viu, órgão do partido republicano em Aveiro e, por conseguinte, com maiores obrigações de informar, e animar, encontrava-se em distribuição, podendo já, em tipo de maior evidência, inserir uma local, na terceira página, com o seguinte teor:

«À hora a que escrevemos, seis da manhã, continua a não saber-se nada de positivo de Lisboa, que ainda se conserva isolada do resto do país, pelo corte das linhas.

«Há, porém, quem afirme que a República foi implantada, reinando já completo socego».

E, não atentando no sabor monárquico daquele gerúndio «reinando», dava já algumas indicações do que se passava em Aveiro de mais saliente:

«O Regimento do 24, que tem estado de prevenção e havia de sair hoje pela manhã com destino desconhecido, conserva-se no quartel, por virtude de outra ordem. A força de cavalaria que ontem partiu para Coimbra, sob o comando do tenente Calheiros, chegou àquela cidade onde até ontem às oito horas não havia a mais leve sombra de alteração de ordem, posto que os espíritos estejam exaltados.

«Em Aveiro a ansiedade é geral, a avaliar pela grande quantidade de gente, incluindo as autoridades civis e militares, que à noite se junta na estação, à hora dos comboios. Do Porto não se sabe ainda de

nada. Mas é natural que esta noite a revolução ali tivesse rebentado, secundando Lisboa.

«Pelas ruas de Aveiro juntam-se agora enormes magotes de populares, que, com entusiasmo, entoam a «Marselhesa». A bandeira do «Centro Republicano», depois de ter estado dois dias a meio pau, em sinal de sentimento pela morte do Dr. Bombarda, encontra-se neste momento no topo do mastro.

«Reina grande entusiasmo na cidade, vendo-se muita gente pelas ruas e janelas.

«No centro da cidade, junto aos Arcos, começaram as manifestações, soltando os populares estridentes vivas à República, ao exército e à marinha. Dizem-nos que se vão dirigir ao quartel para aclamar o regimento de infantaria 24.

«Saindo, como sai, este número com um dia de antecedência, logo que se confirmem oficialmente as notícias que damos de reserva, publicaremos tantos suplementos quantos sejam precisos para de tudo darmos conta aos nossos leitores.

Entretanto, brademos:

«Viva a República Portuguesa!»

Os suplementos, sucessivos, a circular ainda com tinta fresca, com as novidades mais recentemente chegadas, saíram e avidamente foram procurados e lidos. Nas colecções do periódico não existem todavia e, assim, não nos é possível acompanhar as demonstrações de júbilo que a confirmação do êxito da revolução suscitava, de cada vez mais calorosas.

A certeza indubitável da proclamação da República só se adquiriria já quando dealbava o dia sete. Os suplementos aludidos, nesses dois primeiros dias de inquietantes dúvidas e ardorosos anseios, de tensão

compreensível para uma provável mudança de instituições e de pessoas nos cargos da administração pública, iriam mantendo e acalentando os ânimos.

Assim, nessa sexta-feira, que na expressão adoptada por «O Democrata»⁽¹⁶⁾ pelas expansões de satisfação verificadas, «ficará memorável na história de Aveiro» — e tanto que neste momento o estamos a relembrar —, com uma breve preparação, um sumário passar de palavras, efectuou-se a implantação aveirense do novo regime.

E, naturalmente, o primeiro acto público desse acontecimento histórico efectivou-se nos Paços do Concelho, onde a bandeira, a do Centro Republicano, ao que supomos, teria sido hasteada pelo Dr. André dos Reis, por entre aclamações intensamente calorosas, simultâneas com o entoar de «A Portuguesa» — por um ou outro dos presentes acompanhada, num coro pouco conexo, já que esse hino patriótico era até ali suspeito de subversivo, e poucos com ele se encontravam familiarizados — pela «Banda Amizade», que nessa ocasião, por qualquer circunstância pouco perduradora, adoptara a transitória designação de Banda dos Bombeiros Voluntários». (Dos «velhos», entenda-se, que já, entretanto, se fundara nova corporação dos «novos» ou dos «Guilhermes».)

E, após essa concreta afirmação do advento da República, a que estiveram presentes os mais qualificados adeptos dos ideais triunfantes, e a exaltante manifestação cívica em que ela se desenrolou, realizou-se uma série de actos similares, em sucessivas etapas.

Segundo a descrição que temos presente,⁽¹⁷⁾ e que sintetizaremos, cerca do meio dia, as pessoas que tiveram conhecimento da repetição, noutros locais representativos, da cerimónia do içar da bandeira que consagrava a instauração das novas instituições, dirigiram-se ao aquartelamento de Infantaria n.º 24. Aí, na presença do Secretário-Geral do Governo Civil — que, como é óbvio, o governador deixara de exercer funções — do Capitão do Porto de Aveiro, de toda a oficialidade e de «grande concurso de povo» — que, entretanto, ia reengrossando — o comandante da unidade, coronel António Ernesto da Cunha, içou a bandeira, «entre estrondosos vivas à República, à Pátria livre, ao Exército, à Marinha, etc., aclamações que todos os presentes secundaram, executando a banda — a velha, e sempre participante em todos os mais significativos momentos da vida aveirense, «Banda Amizade» — a «Portuguesa», e apresentando armas a guarda, que formara, em frente do quartel.

E o relato, em que o dia jubiloso da definitiva integração de Aveiro no regime implantado, partilhando do regozijo público, acrescenta:

«Quando a bandeira chegou ao topo do mastro,

o Alferes Costa Cabral,⁽¹⁸⁾ o denodado republicano, ergueu do coração, um viva à República. O seu camarada Leite⁽¹⁹⁾ e muitos outros ergueram também vivas entusiásticos, falando a seguir os drs. André dos Reis e Joaquim de Melo (que teremos ocasião de encontrar em subsequentes referências), entre constantes ovações».

Os manifestantes, então já acompanhados pelos oficiais, e com as bandas a executar composições marciais, tomara rumo ao quartel, então denominado da «brigada», onde se repetiu a cerimónia. Neste ensejo, com desbordante vibração, usaram da palavra, de novo o Dr. André dos Reis e, já então, caloroso como se monteve até ao fim da vida, e com permanente ardor de democrata inquebrantável, o alferes Costa Cabral. A manifestação repetiu-se ainda, com as mesmas características não só em frente à Capitania do Porto, mas também junto do quartel da Guarda Fiscal. No primeiro daqueles lugares foi intérprete dos sentimentos populares o Dr. António Fernandes Duarte Silva que, «comovido, produz uma magnífica oração, arrancando da numerosa assistência veementes aplausos». No segundo, o orador, também com reiteradas provas dadas de republicanismo, foi o Dr. Marques da Costa.

E a ronda pelas unidades militares aquarteladas na cidade com a mesma acendrada vibração terminou no Distrito de Reserva, onde a nova bandeira foi então içada pela Capitão Rosa Martins, «carácter austero e republicano intemerato» e, da varanda do edifício, encerrou a série de discursos com a beleza de expressão que o distinguia, «o tenaz lutador Alberto Souto, que produziu um arrebatado e comovente improvisado, que o povo retribuiu com uma das manifestações mais entusiásticas e ardentes a que temos assistido».

O cortejo de manifestantes deteve a marcha durante algum tempo defronte da redacção de «O Democrata» e aí, conquanto não houvesse discursos, o calor do júbilo popular recrudesciu. O semanário, à volta do qual, no período imediatamente anterior à mudança do regime, se aglutinavam os mais denodados e intrépidos prosélitos dos ideais republicanos, na ocasião não fora apenas o intérprete fiel dos sentimentos de natural euforia destes. Com os sucessivos suplementos, em que especialmente Alberto Souto e André dos Reis e talvez o Rev.º Dr. António Fernandes Duarte Silva se aprimorariam na forma, com intuítos de empolgação, estimulava a população para o ambiente de apoteótica consagração da República recém-surgida.

Nesse mesmo dia, e antes que viesse a ser nomeada a comissão Administrativa para a edilidade, e que só viria a manifestar-se após a posse do primeiro governador civil do distrito do novo regime, foi designado — com a aprovação dos adeptos com mais provadas demonstrações de fidelidade ao novo regime, um «Co-

mité Republicano» que logo endereçou ao Governo Provisório um telegrama de calorosa saudação, de confiança na sua acção e de alegria pela implantação da República. Propôs os nomes — porque embora não houvesse a certeza absoluta, abundavam os motivos de convicção de que a monarquia fora derrubada — entre os que julgou com melhores aptidões e com passado de maiores garantias de fidelidade e capacidade, o Dr. Joaquim de Melo Freitas, que já em 1882 colaborara no recém-saído dos prelos «Povo de Aveiro»,

PROCLAMAÇÃO

O Comité Revolucionário de Aveiro, hontem, 6 do corrente nomeado nos Paços do Concelho, por 11 horas da manhã, pelo povo, que nas ruas da cidade aclamou a República Portuguesa, depois de hasteada no mesmo edificio a bandeira vermelha e verde, comunica ao povo estarem officialmente confirmadas as noticias da proclamada República, reinando em todo o país a melhor ordem e sendo este acto redemptor da Patria



ANDRÉ DOS REIS

Primeiro Presidente da Câmara Municipal de Aveiro

o primeiro semanário republicano aveirense, como já referimos.

Essa comissão ficou constituída por Alfredo de Lima e Castro, Dr. André dos Reis, Eduardo de Pinho das Neves, Alberto Souto (ainda então com apenas encetado o seu curso de Direito), José Marques de Almeida, Dr. Padre António Fernandes Duarte Silva e Arnaldo Ribeiro.

E no dia imediato àquele em que foi designado esse grupo coordenador e orientador dos primeiros passos do regime recém proclamado publicou, com larga difusão na cidade e no concelho, como que o primeiro documento official, a seguinte

por toda a parte acolhido com o mais vivo enthusiasmo.

O Governo da Republica tem inteira confiança na dedicação de todos os cidadãos ao novo regimen do Progresso, da ordem e da Liberdade, e que foi implantado em Lisboa pelo Exército e Armada, unidos ao povo, em heroica lucta, e, que, secundado em todo o paiz, enche de alegria o coração de todos os portuguezes.

O Comité Revolucionário de Aveiro, que se acha instalado nos Paços do Concelho e em sessão permanente, assegura a todos a ordem, o respeito e a cordura de que o povo de Aveiro deu provas nas grandiosas manifestações ao glorioso dia 6 de Outubro.

Em Aveiro

O povo d'esta cidade aclama entusiasmaticamente a Republica

AVEIRO, 6.—T.—Só hoje de manhã foi confirmada a noticia do triumpho da revolução, ouvindo-se immediatamente, por toda a cidade, entusiasmicos vivas á Republica. Bandas de musica, acompanhadas de muito povo e marinheiros da armada, que conduzem a bandeira republicana, percorrem as ruas em grandes manifestações, dirigindo-se depois ao quartel de infantaria, onde aclamaram vibrantemente o exercito. D'ali seguiram para a capitania, a saudar o capitão do porto, e para o edificio da camara municipal, onde içaram o estandarte republicano. Foi nomeada

uma comissão para gerir os negocios municipaes, a qual telegraphou ao ministro do interior, participando o occorrido.

A's 3 horas da tarde foi arvorada a bandeira republicana no edificio da capitania, falando o capitão do porto ao povo, que o applaudiu phreneticamente.

E' grande o entusiasmo que avassalla todos os espiritos. As manifestações continuam, sendo muito aclamada a constituição do governo provisorio.

«O Século», n.º 10 353 (30.º ano), de 8-X-1910

O governador civil nomeado para Aveiro é o sr. dr. Pires de Carvalho, um dos mais valorosos e intelligentes organizadores do movimento republicano na provincia, que em breve tomará posse do seu cargo.

Paços Municipaes de Aveiro, 7 de Outubro de 1910. André dos Reis, José Marques de Almeida, Eduardo Pinho das Neves Padre António Duarte Silva, Arnaldo Ribeiro, Alfredo de Lima e Castro, Alberto Souto.

Teve muito intensa vibração a manifestação de simpatia à Marinha, efectuada junto à Capitania do Porto, então instalada à beira da ponte da Doadoura, num prédio do gaveto formado pela Estrada para a Gafanha e a rua para o Matadouro—hoje Cais do Paraíso.

Os marinheiros—os quais já anteriormente haviam sido distinguidos com outras evidenciações de simpatia, como confiarem-lhes a bandeira verde rubra da revolução vitoriosa em anteriores manifestações—foram vitoriados com desbordante vibração.

E o Capitão do Porto, comandante Júlio César Ribeiro de Almeida, profunda e consabidamente prosélito da República, proferiu um discurso em que, empolgado e empolgante, terá exteriorizado todo o seu contentamento e toda a sua confiança na aplicação dos seus ideais à vida nacional. Este official da Armada viria mais tarde a ocupar o cargo de governador civil.

Nesse dia 6, annunciados que haviam sido, ainda que não oficialmente, os nomes dos novos chefes do

distrito, constou que seria nomeado Governador Civil de Aveiro, o Dr. Pires de Carvalho, um republicano categorizado, com um passado de dedicação à causa que assumia o poder com os propiciatórios votos de uma considerável parcela da população nacional. O seu nome chegou a ser designado na Imprensa para essa função⁽²⁰⁾ e não teria sido mal recebido na capital do distrito ainda que não suscitasse demonstrações de grande concordância e agrado, como se comprovaria na proclamação entretanto publicada.

Afinal veio a ser nomeada para exercer aquelas funções uma figura muito mais conhecida no distrito, do qual era considerado o decano dos republicanos—Albano Coutinho. E esse, sim, obteve o aplauso, pode dizer-se unânime dos seus correligionários e mesmo, pelo sempre comprovado espirito de tolerância e equilíbrio, a boa aceitação dos que não sendo republicanos, não hostilizavam o regime, e antes o encaravam com uma expectativa benévola.

Apesar de haver nascido em Lisboa—a 5 de Dezembro de 1848—era considerado, por afeição e serviços prestados, uma das mais destacadas figuras bairradinas. Aliás, por morte do pai, esse sim, anadiense de nascimento, o jornalista Albano Augusto de Almeida Coutinho⁽²¹⁾, transferiu, com carácter de permanência efectiva, o seu domicilio para Mogofores. O devotado



ALBANO COUTINHO

Primeiro governador civil de Aveiro

e conceituado democrata, que além do Curso Superior de Letras frequentara o Instituto Geral de Agricultura, aplicando os conhecimentos neste adquiridos e dedicando-se a esclarecidos labores agrícolas, e, em consequência, adquirindo uma experiência pessoal rica, consagrou-se especialmente à viticultura, impulsionando-a e imprimindo-lhe, pelo exemplo e pela persuasão, moldes mais modernos, científicos e fecundos. E, como era próprio do seu civismo actuante, evidenciou-se como um dos mais estrénuos defensores dos interesses da agricultura da região.

Desempenharia, assim, um dos mais representativos cargos do Sindicato Agrícola do Distrito de Aveiro, tendo sido igualmente membro do Conselho de Agricultura e representante do nosso país ao Congresso de Viticultura de Legon, em 1894.

Essa circunstância, a par da sua actividade, quer oral quer por escrito, na difusão e exaltação dos ideais republicanos — colaborou em diversos jornais, alguns notoriamente da feição política em que militava, e entre eles a «Gazeta de Portugal», «República Portuguesa», «Diário da Tarde», «Democracia» e «O Século» — deram-lhe notoriedade e prestígio no distrito. Desse modo, e conhecida a sua ponderação e tolerância, teve

trazer ao país.

Logo que constou a subida do governo provisório, estalaram morteiros e foguetes, correndo tudo em completo socego.

Saudamos o ministro do interior. Viva a Patria, o exercito e a marinha!

Em Aveiro

Aveiro, 7.—Só hoje de manhã foi confirmado o triumpho da revolução, havendo logo na cidade vivas á Republica, organisando-se manifestações.

As musicas percorrem a cidade, indo o povo saudar o exercito ao quartel de infantaria, sendo conduzida a bandeira republicana por marinheiros da armada.

O povo foi, depois, saudar o capitão do porto, indo ao edificio da camara içar o estandarte e nomear o «comité», que já telegraphou ao ministro do interior, dando conta do occorrida.

A's tres horas foi içada pelo capitão do porto, no edificio da capitania a bandeira republicana, falando aquelle official ao povo, que applaudiu freneticamente.

Ha ordem na proporção do grande entusiasmo que avassalla todos os espiritos. As manifestações continuam, sendo a constituição do governo provisório muito aclamada.

Em Setubal

Setubal, 7.—Confirmo todas as minhas informações acerca dos ultimos acontecimentos que se desenrolaram em Setubal, desde a ultima segunda feira.

Conforme tambem tive occasião de tele-

em volta do seu nome um ambiente de muito extensa boa acolhida. Em Anadia viria a falecer em 31 de Agosto de 1936.

O seu espirito de larga tolerância e conciliação não seria, aliás, secundado pelos correligionários mais exaltados, de mais farisaica intransigência, de parcialismo mais discriminativo. E esse facto, como veremos, levá-lo-ia a pedir escusa da função, a curto trecho.

Entra, no entanto, no exercicio do cargo com a mais decidida disposição de servir o País, a República e o Distrito, cuja governação lhe fora confiada, por um velho amigo e companheiro da propaganda, o Dr. António José de Almeida, que essas circunstâncias, como Ministro do Interior do Governo Provisório, invocara para lhe obter a anuência para o desempenho de uma missão que se antevia com espinhosas incompreensões.

O acto de posse, muito concorrido e com afirmações da mais firme convicção nos ideais republicanos, ainda sob o ambiente de alegria em que os proselitos do novo regime fremiam e era como que o denominador comum que os congregava, deixou a impressão de unidade que o momento requeria. Unidade fugaz, se não illusória, porque os dissentimentos não tardariam a manifestar-se. E já não diremos com Homem Cristo, que rompera declarada e acerbamente com algumas das figuras de maior evidência e, em reflexo dos violentos ataques que lhes dirigiu, ou por motivos directos, com diversos dos republicanos locais, mas entre estes mesmos, que não demoraram em manifestar divergências e a malquistar-se.

Na cerimonia da posse, conferida pelo Secretário-Geral, o primeiro chefe do distrito, para nos servirmos das palavras com que se lhe refere um diário da Capital⁽²²⁾ — mais sucinto que os semanários locais — Albano Coutinho, «agradecendo a presença das pessoas que o honravam com as suas simpatias, declarou que faria tudo quanto em si coubesse para bem da Pátria e da República».

Depois, mais uma vez exteriorizando sem peias o republicanismo que a circunstância de ser funcionário, ainda que o não ocultasse, obrigava a conter em limites restritos, falou o Dr. Joaquim de Melo Freitas, que tantas vezes seria, fiel, fluente e cintilante, o porta-voz dos sentimentos aveirenses. E, segundo a síntese do mesmo matutino órgão de informação lisboeta, «produziu uma magnifica oração, cheia de fé, exclamando, num dos períodos do seu belo discurso que, se qualquer das assinaturas ali feitas, não representava adesão leal e sincera, quem assim fizesse seria simplesmente um canalha». Anota de seguida a reacção dos assistentes à oração do illustre aveirense: «Estrondosas palmas, enorme ovação se produziu na assembleia, após essas palavras tão alevantadas e francas».

E, tal como o **Diário de Notícias** da ante-véspera⁽²³⁾ assegura que a pequena e pacata cidade dos canais — à qual só os ardores da política, então como em precedentes ensejos, arrancavam à placidez rotineira — permanece em ordem completa.

O **Democrata**⁽²⁴⁾, embora também resumidamente, noticia com pequenos pormenores a mais o acto de posse, referindo o modo como Albano Coutinho se congratulou com o advento da República e a afirmação do muito que se orgulhava por ter sido um dos mais dedicados cooperadores para o seu estabelecimento em Portugal. Igualmente refere que o Dr. Joaquim de Melo Freitas, que, na sua qualidade de primeiro oficial do Governo Civil, leu o auto de posse, aclarou a sua situação de republicano de antigas e



Dr. Joaquim de Melo Freitas

inabaláveis convicções como empregado público a dentro das instituições monárquicas.

O referido número do **Diário de Notícias**, na mesma notícia do seu correspondente em Aveiro, dizia que antes mesmo da posse, Albano Coutinho foi saudado por «grande assistência de manifestantes» e que, calorosamente ovacionado, saudou com fêvida e comunicativa persuasão o povo da capital do distrito e a jovem República, que desde a mocidade fora a sua aspiração mais cara.

No prosseguimento dessa local, escrevia-se naquele quotidiano:

«Falou depois o Sr. Malva do Vale, historiando rapidamente os acontecimentos e congratulando-se com o povo pelo seu novo chefe.

«Seguiu-se o Sr. Dr. António Breda, que foi saudado vibrantemente, produzindo um dos seus costu-

mados discursos entusiásticos, felicitando tanto o novo chefe do distrito, como o povo republicano.

«Longas salvas de palmas cobriram as últimas palavras do orador, que é muito simpático e querido por quantos avaliam a sua lealdade e convicções.»

E, uma vez empossado, Albano Coutinho confiou a administração do concelho ao já mencionado oficial de infantaria César Amadeu da Costa Cabral, a quem cometeu o encargo de conferir posse à comissão administrativa do município, isto é, à primeira edilidade republicana. Para a constituir, de acordo com os correligionários locais, tinha designado que essa era a denominação «revolucionária que, na altura e durante algum tempo depois, se dava aos simples indivíduos ou aos antes designados como cavalheiros ou personalidades — os seguintes «cidadãos»:

Efectivos — Dr. André dos Reis, presidente; Alfredo de Lima e Castro, vice-presidente; Eduardo de Pinho das Neves, Francisco Miguéis Picado, Manuel Lopes da Silva Guimarães, Francisco Casimiro da Silva, João Afonso Fernandes e António Maria Ferreira;

Substitutos — Henrique dos Santos Rato, Manes Nogueira, Manuel Marques da Cunha, Bernardo de Sousa Torres, Domingos Martins Vilaça, Eugénio Ferreira da Costa, João da Cruz Bento, António da Cunha Coelho e Amândio Ribeiro da Rocha.

O órgão republicano,⁽²⁵⁾ ao noticiar a instalação da comissão que passava a gerir os negócios municipais aveirenses, considera-a composta de «correligionários nossos de reconhecida competência, os quais se acham animados da melhor boa vontade de serem úteis à nossa terra, sem contudo enveredarem pelos antigos processos administrativos usados pelos seus antecessores monárquicos».

Aliás, o semanário não terá reparado que na redacção da local, condenando os processos das vereações do regime deposto tacitamente lhe reconhece a eficiência. E nesse aspecto a algumas das antecedentes administrações prestaria justiça, já que obra fizeram dentro dos escassos recursos que o erário municipal lhes facultava, e indiscutivelmente esforçada.

No acto de posse, o Dr. André dos Reis, com a ênfase com que realçava a forma cuidada, peculiar desde novo aos seus discursos, foi o primeiro orador da cerimónia, que se efectuou na sala das sessões dos Paços do Concelho, ainda decorada pela forma que tomara quando da homenagem prestada ao Conselheiro Castro Matoso, em 1906, e que se encontrava repleta.

Antes de gizar, a traços largos, um programa, observou que «nunca tremera nos tempos da propaganda democrática e jamais se temera de quaisquer represálias ou ataques do regime decaído. Algumas dessas represálias e ataques sofrera resignado sem quebrantamento da sua fé inabalável na República, em

que sempre divisara o levantamento do edificio da nossa regeneração politica e social.

«Trabalhou — disse depois — quanto em si coube pela implantação da República, que consubstancia a felicidade, a redenção da Pátria. Regozija-se com isso e com isso se envaidece. /.../ A República é um facto e, entretanto, treme, agora, ao assumir a chefia do concelho. E treme, porque se sente pequeno para a grande missão que lhe impuseram».

O programa, que depois traçou, para a actuação da edilidade da qual lhe fora cometida a espinhosa presidência — e espinhosa dentro de pouco tempo,

Em Aveiro

E' hasteada nos diferentes edificios publicos, com toda a solemnidade, a bandeira republicana

AVEIRO, 8.—T.—Hontem á noite foi feita uma extraordinaria manifestação ao capitão do posto e officiaes de infantaria, por uma enorme quantidade de povo acompanhado de duas philarmonicas. Hoje foi solemnemente feita no quartel de infantaria a bandeira republicana, pelo proprio commandante do regimento, tocando a banda a *Portuguezia* e apresentando a guarda as armas na presença de innumerous populares e dando estes e os officiaes muitos vivas á Republica. Falaram os srs. drs. Joaquim Mello e Andre Reis. Realisou-se depois a mesma cerimonia na sede da brigada, falando, além dos citados oradores, o tenente Costa Cabral, republicano sincero; na capitania do porto, formando os marinheiros e falando o dr. Duarte Silva; no quartel da guarda fiscal, falando o dr. Marques da Costa; no districto de reserva, falando o sr. Alberto Souto, de «comité» republicano, que espalhava na cidade a proclamação. Não tem havido o mais leve incidente.

Chegou o sr. Albano Coutinho, que substitue o indigitado chefe do districto Pires Carvalho, acompanhado do dr. Malva do Valle, recebendo ambos uma grande manifestação.

Na Anadia

Os «prediaes» profanam o novo symbolo da patria

ANADIA, 8.—T.—Hoje, de manhã, appareceu rasgada no meio a bandeira republicana hontem arvorada nos paços do concelho. O administrador indaga o auctor ou auctores da profanação do novo symbolo da patria.

Em Ilhavo

A noticia da proclamação da Republica foi recebida festivamente, sendo a bandeira immediatamente arvorada nos paços do concelho

ILHAVO, 7.—C.—O povo estava na maior ansiedade por falta de noticias, quando chegou de Aveiro o administrador do concelho, participando que a Republica estava proclamada. Nessa occasião, o sr. Eduardo Craveiro soltou um estridente viva á Republica, dirigindo-se immediatamente a casa d'uma cas-

mesmo no próprio seio da vereação —, segundo as referências que tomamos na Imprensa da altura era ao mesmo tempo sucintamente genérico e com indicações de uma orientação avisada. Incluía assim os propósitos de: aumentar o abastecimento de água e promover medidas de saneamento rural; codificar a legislação concelhia e remodelar alguns serviços municipais; repartir os melhoramentos pelas freguesias rurais, na proporção do que concorriam para o cofre do concelho; apurar, com imparcialidade as causas do agravamento das finanças camarárias nas últimas gerências; e dar conhecimento público semanal do balancete da tesouraria municipal.

E, é claro, tanto mais que pouco permanecem à frente da municipalidade, a maior parcela das intenções enunciadas, como na generalidade das vezes succede, ficou sem efectivação, não obstante os bons desejos de serem prestantes colaboradores de todos os membros da vereação, desejosos, aliás, de demonstrarem as eficazes virtudes resultantes do próprio regime.

Esses propósitos, em seu nome e no dos companheiros da edilidade, afirmaria nesse mesmo acto público o vice-presidente, Alfredo de Lima e Castro, a quem os ardores do idealismo superavam as limitações da idade nos intuitos de servir, e que aludiu, transbordante de alegria, ao facto de ter vivido intensamente dois factos similares: no seu país de nascimento, e naquele onde lutara persistentemente para amellar os meios que lhe garantissem um fim de vida sem dificuldades de subsistência — primeiro a implantação da República no Brasil, depois para sua maior consolação, o advento da da sua Pátria.

A comissão o primeiro acto que praticou foi enviar um telegrama de felicitações e fidelidade ao Governo Provisório.

E, na mesma altura, o Governador Civil anunciava à cidade e ao distrito divulgando-a por todo ele profusamente a seguinte comunicação official da implantação da República:

Proclamação official da Republica Portugueza

Por ordem do governador civil do districto de Aveiro, o cidadão Albano Coutinho, em nome do Gverno Provisório, faz-se constar ao povo portuguez que foi proclamada, em Lisboa, a República, como regimen politico da nação. O rei e a família embarcaram para o estrangeiro no hyate **Amélia**, ilesos e respeitados.

De um ao outro extremo do paiz a Republica tem sido acolhida com o mais vivo enthusiasmo sendo acclamada pelas classes civis e militares, que lhe são inteiramente devotadas.

O socego é completo e a tranquillidade geral, estando a ordem inteiramente assegurada e garantida

Comissão Municipal d' Aveiro
Sub-Tripitico do circulo escolar d' Aveiro
L.º 10 N.º 303
Aveiro 11 d' outubro de 1910

Acusando a reciecia do officio a V.ª
de 10 do corrente, e-me grato agradecer
a coadjuraçao que me e oferecida por
essa Comissao Municipal Republicana, no
referido officio, coadjuraçao tanto mais por
se agredir quanto e certo que sem ella
mal posso cumprir os deveres do meu cargo.
Sendo a doutrina d' esteio em que mais
se apoiam as instituicoes democraticas, e
cumprindo-me a mim promover o engran-
dimento da escola primaria nesto concelho,
eu prometo, ja por ser esse o meu dever
como funcionario, ja por me satisfazer assim
uma aspiracao da minha alma e do velho repu-
blicano, levar os meus professores a formarem os
alunos cidadãos para a Republica.
Saude e fraternidade
O Sub-Tripitico - Domingos Fri Corqueira

Officio de um dos funcionarios congratulando-se com a Implantação da República

pela cordura e generosidade do povo e energia das autoridades. O mesmo Governador Civil da República no distrito de Aveiro pede a todos os cidadãos portugueses o maior respeito pela ordem pública e principalmente pela Liberdade de todos os portugueses quaisquer que sejam as suas crenças, partidos e convicções.

Não houve alteração na normalidade financeira e económica do país, prosseguindo por toda a parte as transacções.

A República Portuguesa honra a memória gloriosa de todos os mortos da Revolução e especialmente d'aquelles que caíram combatendo pelo novo regime, instituído só para felicidade do povo português e para prosperidade da Pátria, tão longo tempo opprimida.

A República Portuguesa, firmada, como está, com o aplauso do exército e da armada que a ajudaram a implantar, e pelo entusiasmo e dedicação popular, tem por base a Justiça e a Moralidade, procurando o Progresso e a Liberdade e o Bem do Povo e da Pátria.

Governo Civil d'Aveiro, em 8 de Outubro de 1910.

O Governador Civil,
Albano Coutinho

A comissão administrativa, tal como o chefe do distrito, recebeu, nesse dia e nos immediatos, numerosas mensagens de regozijo e de reiteração de fé republicana, ou de adesão.

Como dissemos já, todavia, passado esse tempo em que todos mais ou menos se irmanavam nos sentimentos de júbilo e, assim, se congregavam na exaltação de um ideal comum, pouco tardou que as divergências surgissem, mais ou menos a descoberto. Emulações, parcialismos intransigentes, sobrevalorizações de serviços e merecimentos pessoais, egoísmos e ambições começaram a aflorar e a ensombrecer o ambiente fraterno dos primeiros dias.

O alferes Costa Cabral, porventura já por causas dessa natureza, deixa o cargo de Administrador do concelho apenas com umas duas semanas de exercício e tem como sucessor, já que nenhum republicano da cidade se dispôs a aceitar a função, o Dr. Diniz Severo, médico em Eixo, onde viveu até para além dos oitenta anos, sempre fiel às ideias que já perfilhava antes da formatura, embora viesse a abandonar a actividade política.

Entretanto, se, na maior parte, transitaram de um para o outro dos regimes os funcionários que se encontravam à testa dos serviços do Estado, num ou noutro caso verificou-se a substituição. Assim sucederia, por exemplo, na Escola Normal Primária que passou a ter como director o professor José Casimiro da Silva, já mencionado, pedagogo de predicados consabidos e que uma dúzia de anos mais tarde seria governador civil

substituto. Modesto de temperamento, quase escondeu o dia da realização da posse, que, assim, além do pessoal docente e administrativo apenas teve a presença do inspector escolar Domingos José Cerqueira, de Joaquim Soares—funcionário do Banco de Portugal e com o empossado e o precedente com evidenciadas afinidades ideológicas,—e José Maria Barbosa, redactor e proprietário do **Correio de Aveiro**—na altura dirigido pelo Dr. Querubim Guimarães—e António Bernardes da Cruz, director do **Aveirense** e proprietário da tipografia onde ele era composto e se imprimia.

Mas as divergências fermentavam e pouco tardariam a declarar-se. Um mês depois de tomar posse, Albano Coutinho já era alvo da malquerença de uma parcela dos correligionários. Aberta, contundente, sem quaisquer rodeios ou eufemismos. Logo, com efeito, em Novembro, numa correspondência de Aveiro, datada de 11, a **República Portuguesa**, jornal a que, como vimos, esse republicano de comprovadas, longas e perseverantes demonstrações de fidelidade aos princípios democráticos dera colaboração, tinha contra ele assestado o fogo de uma facção dos seus correligionários:

«Continuamos como dantes; as imoralidades sucedem-se e parece que a República não chegará aqui tão cedo. Isto é único».

E, a propósito da adesão às novas instituições de um funcionário, que exercia um cargo directivo e já nos tempos da monarchia era acusado de graves irregularidades, talvez infundadas, pois esse «adesivo» cuja probidade e sinceridade se punham em dúvida, se manteve no lugar ainda nos anos subsequentes—o Director de Obras Públicas do Distrito, Engenheiro Paulo de Barros—, acrescentava o correspondente local:

«Implantada a República, alguém pediu ao governador civil que requisitasse uma sindicância àquele funcionário. Qual não foi o nosso espanto quando um dia, ao entrar no gabinete do Sr. Albano Coutinho, vimos Paulo de Barros, que já então aderira, em fraternal conversa com o chefe do distrito».

E, insistindo nas provas de preferênciã que o primeiro magistrado dava ao camaleão adesivo em relação a correligionários com um passado de dedicação à causa republicana, acoimando Albano Coutinho, (insuspeito, esse, sem dúvida de republicanismo) da prática de uma pouca vergonha, e não hesitando em diminuir-lo e magoá-lo, adiantava:

«Que faz então esse homem a quem foram confiados os destinos do distrito. Nada, absolutamente nada /.../. Queremos energia, muita energia, e esse homem que aí está não a tem. Vamos ao saneamento e comecemos pelos nossos.»

«Rua Sr. Albano Coutinho! Quem não pode arcar com as responsabilidades do seu cargo, demita-se».

A parcialidade cega e exacerbada não compreendia nem tolerava os sentimentos e propósitos conciliatórios do governador civil, aliás concordes com os do ministro que o nomeara e que deixou memória como símbolo de generosidade. Azedaram-lhe, assim, o desempenho da função, dando-lhe crescentes motivos de descontentamento.

Começa, pois, a pôr-se, a breve trecho, a hipótese da sua demissão, nos «mentideros» e nos semanários locais.⁽²⁶⁾ Apontam-se mesmo possíveis sucessores, desde o Dr. Manuel Alegre até ao Dr. Moura Pinto. E na boataria que fervilhava chegou mesmo a apontar-se o nome de Sebastião de Magalhães Lima, como se fosse verosímil que um potencial candidato à Presidência da República anuisse a chefiar um distrito. Mesmo o que tinha por capital aquela que era praticamente a terra do ilustre paladino dos ideais republicanos, jornalista e tribuno, propagandista denodado que exerceu uma prestantíssima acção diplomática criando no estrangeiro um ambiente benévolo ao regime recém instaurado.

A verdade, todavia, é que os boatos eram fundamentados. Albano Coutinho não aguentou por muito tempo o ambiente de intriga e hostilidade entre facções que seria uma das mais graves pechas da primeira República. As divisões demarcam-se. E acenderam-se as rivalidades. O periódico local com que sobre este particular nos temos vindo a abonar⁽²⁷⁾ e que narra os factos mais com a objectividade de espectador do que como interveniente, pois o não eram os seus redactores, escrevia, a preceder a notícia da posse do novo governador, segundo da República, Dr. Henrique Weiss de Oliveira:

«Chegou a dar-se como certa a nomeação do Dr. Moura Pinto, e dizem alguns republicanos que assim ficou assegurado pelo governo às comissões locais. Certo é, porém, que outro grupo do partido, do qual fazia parte o governador civil demissionário, ferido por intrigas locais e ataques na imprensa e por vários correligionários, não transigiu com a nomeação do Dr. Moura Pinto e nesse sentido falou claro ao Sr. Ministro do Interior».

«Perante tais dificuldades, — prosseguia o testemunho de que nos vimos socorrendo — a avaliar por um artigo do **Intransigente**, parece que os comités da Carbonária, de harmonia com a Maçonaria, resolveram apresentar ao ministro o nome do Dr. Weiss de Oliveira, médico muito distinto em Lisboa, e que assim era o **tertius gaudet**, que aparecia como elemento de conciliação».

E, concretizando, adiantava noutro passo:

«A comissão municipal, em face da nomeação do novo governador civil, convidou o partido republicano do distrito para uma reunião conjunta [...] no Centro

Escolar Republicano, e aí se discutiu acaloradamente o caso da referida nomeação. Durante umas poucas de horas se falou, sendo, ao que se diz, crivado de apóstrofes violentas e apartes cáusticos o nome do Sr. Dr. António José de Almeida.»

E ainda na mesma pormenorizada local se lê: «Assim o diz a correspondência desta cidade para a **República Portuguesa**, feita pelo seu redactor principal, que veio expressamente de Lisboa fazer essa reportagem. Dessa correspondência se vê também [...] que quase por unanimidade se acentuou a reprovação da vinda desse cavalheiro».

E, notando que se esperava, assim, que a maioria do partido recebesse mal ou friamente o novo magistrado, observa que chegaram a pensar nessa atitude, «mas haviam reconsiderado quando souberam ou presumiram que o novo centro republicano, há dias fundado com a designação de Centro Nacional Republicano,⁽²⁸⁾ se preparava para receber festivamente o dr. Weiss de Oliveira».

Este, apesar de na sua posse terem estado presentes, e algumas usado da palavra, figuras de grande evidência do novo regime, como, além do governador civil cessante, Sebastião de Magalhães Lima, Machado dos Santos e António Maria da Silva, não podendo fazer vingar os seus propósitos de harmonizar e congregar, e sentindo crescente a hostilidade que sentia entre a facção mais exaltada, não conseguiu manter-se no cargo, de que menos de um mês depois da posse pediu a exoneração. Sentiu-se impotente para vencer a desunião, as inconciliáveis tomadas de posição, e a instabilização consequente.

Mas nem só no Governo Civil se sentiram as dissensões. Também na Câmara. As primeiras divergências manifestadas surgiram no exterior dela, por motivo da mudança dos nomes de algumas ruas e praças da cidade, que, considerada injusta em relação a certas pessoas, desagradou e afastou, poucos embora, alguns dos que haviam recebido o regime com simpatia, ou pelo menos numa atitude de expectativa colaborante.

Um azedume, porém, se não mesmo um conflito, surgiria no próprio seio da edilidade, a propósito da extinção proposta por Alfredo de Lima e Castro do lugar de médico do asilo e, consequentemente, do afastamento do lugar do Dr. Lourenço Peixinho — um avelanado que viria a afirmar-se como um dos mais prestimosos filhos da sua terra, no melhoramento desta, e seria, porventura, com quase ininterruptos vinte e quatro anos, o presidente da Câmara que mais tempo permaneceu no cargo.

Dois vogais declararam regeitar a deliberação, não obstante, na sessão anterior se lhe não haverem oposto. «Um deles, José Marques de Almeida, disse que, informado agora convenientemente do que a lei

a tal respeito determinava, entendia que a comissão não tinha competência para deliberação daquele modo». Aliás, de alguma forma é de presumir que além do propósito de fazer economias com a supressão do lugar, houvesse, subjacente, o intento de afastar o médico.

Criou-se um incidente «com troca de apartes e doestos, que deram lugar a que alguns membros da Câmara declarassem que não voltariam às reuniões». Em resultado da exaltação de ânimos nessa sessão agitada, o próprio presidente, André dos Reis, ferido no seu pundonor, manifestou essa intenção.

Os ânimos serenaram, mas o espinho, a reserva, manteve-se daí para o futuro.

André dos Reis, que nasceu no Rio de Janeiro, a 15 de Abril de 1871, mas não só era português de nacionalidade, mas aveirense de adopção e constante fidelidade, era mais um homem difundidor de ideias, pela palavra escrita e falada, cioso do seu valor, sem extremismos mas pouco propenso à maleabilidade das transigências pessoais. Nunca ocuparia a posição para que se supunha dotado e na presidência da comissão administrativa da Câmara Municipal, não dispôs de tempo nem de meios materiais para mostrar capacidade de acção administrativa com fecundidade.

Já aposentado da sua função pública de notário sabedor e de grande integridade, e tendo deixado de advogar, consagrou-se mais às letras, deixando alguns poemas inéditos. Faleceu a 5 de Fevereiro de 1944, na terra adoptiva, a que dedicara indeclinável affecto.

Mas, com dignidade, sempre acompanhado na mais estrita fraternidade, pelos irmãos e indefessos correligionários — para empregar um qualificativo então muito em voga — Teófilo, Domingos e Artur, teria satisfações, mas também amargos de boca. Uma figura com méritos que afinal se deixou relegar para um segundo plano.

*

A história do partido republicano de Aveiro e dos tempos do advento da República mereceria ser esmiuçada.

Há nela muito mais que contar. E a História não se repete, senão num ou outro aspecto. Mas fornece muitos motivos para meditação e lição. Alguns, fugaz e despreziosamente, deixamos apontados.

NOTAS

(1) — Comandante Silvério Ribeiro da Rocha e Cunha — «Relance da História Económica de Aveiro» — Aveiro, 1930, pgs. 17 e 18.

(2) — No segundo dos cadernos de divulgação publicado, em 1878, (Lisboa), Imprensa Democrática, Rua de S. Boaventura, 57—(16 pgs.)—e que se intitula «José Estêvão—Duas Palavras», a Comissão de Propaganda do Centro Republicano Democrático de Lisboa remata o elogio do grande orador parlamentar nos seguintes significativos termos: «O partido republicano democrático português, recordando os serviços prestados por José Estêvão à causa da democracia, agradece-lhe o ter-lhe transmitido, mesmo à sombra do doce real a pujança e a seiva que hoje lhe avigoram os membros e que mais tarde o farão senhor do mundo, inscreve o nome do grande orador na na relação dos beneméritos do povo».

(3) — **Homem Cristo** — *Notas da Minha Vida e do Meu Tempo*, Vol. III, pgs. 19 e 20.

(4) — **Homem Cristo** — *Idem*, *idem*, Vol. IV, pg. 25.

(5) — Por volta de 1900 ou 1901, constituiu-se uma Comissão Municipal Republicana, de que eram membros mais activos, entre outros, Bernardo Torres, Arnaldo Ribeiro e José Gonçalves Gamelas. Esta, suscitada por um officio de Bernardino Machado, aconselhando os republicanos a concorrerem com listas suas e umas eleições, promove uma reunião, no armazém de pesca «Maria do Nascimento» e aí aparecem nomes novos: Alfredo de Lima e Castro (pouco antes regressado do Brasil), Manuel Cunha, António Marques e João Coelho (*Correio de Aveiro*, N.º 58, de 26 de Março de 1911).

(6) — **O Democrata**, n.º 104, de 12-2-1910.

(7) — N.º 54, de 27-2-1909.

(8) — **O Democrata**, n.º cit.º.

(9) — **O Democrata**, n.º 58, de 27-3-1909.

(10) — Viera a Aveiro pronunciar, na véspera, a terceira de uma série de conferências promovidas pela Associação Comercial e que preludiavam as comemorações do centenário do nascimento de José Estêvão. Precederam-no Jaime de Magalhães Lima e Alberto Souto, seguindo-se-lhe Joaquim de Melo Freitas.

(11) — **O Democrata**, n.º 63, de 23-5-1909.

(12) — **O Democrata**, n.º 63, de 5-6-1909. Este jornal informa que Pádua Correia não participou no Comício nem na sessão do Centro, por haver perdido o comboio em que se deslocaria a Aveiro.

(13) — **Campeão das Províncias** — n.º 6001, de 8-10-1910.

(14) — O seu nome, foi um dos de mais geral assentimento entre os revolucionários de 31 de Janeiro para a Presidência de República, no caso de a revolução ter vingado.

(15) — N.º 138 (3.º ano), de quinta-feira, 6 de Outubro de 1910.

(16) — N.º 139, de 14-10-1910.

(17) — **O Democrata**, n.º cit.º.

(18) — César Emídio da Costa Cabral, natural de Fornos de Algodres, filho do general Emídio Augusto da Costa Cabral, mesmo depois de passar à reserva, no posto de major, manteve amiudados contactos com Aveiro.

(19) — Manuel Rodrigues Leite, natural de Ovar, que seria sempre fiel aos ideais republicanos, e viria a ser comandante da unidade aveirense de infantaria.

(20) — **O Século**, n.º 10352, de 7-10-1910.

(21) — Albano Augusto de Almeida Coutinho, nasceu em 1813, e regressado no fim da vida à região natal, faleceu em Mogofores em 8-3-1876.

(22) — **O Século**, n.º 10356, de 11-10-1910.

(23) — N.º 16431, 46.º ano, de 9-10-1910.

(24) — N.º 139, de 14-10-1910, cit.º.

(25) — **O Democrata**, n.º 139, cit.º.

(26) — **Correio de Aveiro**, n.ºs 43 e 44, de 11 e 18-12-1910.

(27) — **Correio de Aveiro**, n.º 46, de 1-1-1911.

(28) — Este agrupamento político de dissidentes do Centro Escolar Republicano ou discordantes dele, fez sair em 15-2-1911 o seu órgão da Imprensa, **Justiça**, dirigido pelo Dr. António F. Duarte e Silva e tendo como secretário da Redacção o Dr. Inocêncio Rangel. Quase simultaneamente iniciava a publicação o semanário **Liberdade**, de Alberto Souto e Rui da Cunha e Castro, que deixavam, assim, a sua colaboração assídua em **O Democrata**.

A «**Justiça**», que se tornou suspeita de monarquismo foi suprimida pelo Governador Civil, Dr. Rodrigo Rodrigues pouco depois de ter saído. E «**A Liberdade**» para noticiar o facto, fez sair um suplemento especial ao seu n.º 2, de 18-2-1911, aplaudindo calorosamente a decisão do Chefe do Distrito.

Por terras de Santa Maria da Feira

— TÓPICOS PARA UMA VISITA TURÍSTICA E CULTURAL

Por Abílio Ferreira da Silva

Quem do Porto se dirige para sul, percorrendo a auto-estrada que por enquanto termina na povoação dos Carvalhos, encontra, a cerca de cinco quilómetros desta e disposta numa espécie de planalto, estreito mas longo, uma outra povoação densa, chamada Vendas de Grijó. Aí começam as Terras da Feira, ou Terras de Santa Maria da Feira, outrora de extensão enorme —Territorio Castellis S.tae Mariae— de Crestuma até Riba Ul, apanhando toda a orla marítima de Gaia a Ovar.

O topónimo «Vila da Feira» aparece já nas inquirições de D. Afonso III, mas a vila só se teria desenvolvido no sentido de povoação de certo vulto a

partir de D. João I, quando foi concedida licença a Álvaro Pereira, senhor da terra, para aí instituir uma feira. A origem do topónimo está, pois, com certeza relacionada com a existência de um mercado local, possivelmente a denominada feira da Linhaça, que se realizava junto do castelo.

Bem definida no alvorecer da Nacionalidade, remonta, contudo, à ocupação romana, sendo mesmo provável que existisse já uma povoação céltica, que os romanos engrandeceram e a que chamaram Lancobriga, e que se situaria na estrada —Itinerário de Antonino— que ligava Bracara Augusta (Braga) a Aeminium (Coimbra), passando por Calle (Gaia), a



Igreja Matriz de Fiães.

treze milhas desta e a dezoito de Talabriga. Esta povoação de Talabriga ficaria mais ou menos onde hoje se situa a localidade da Branca.

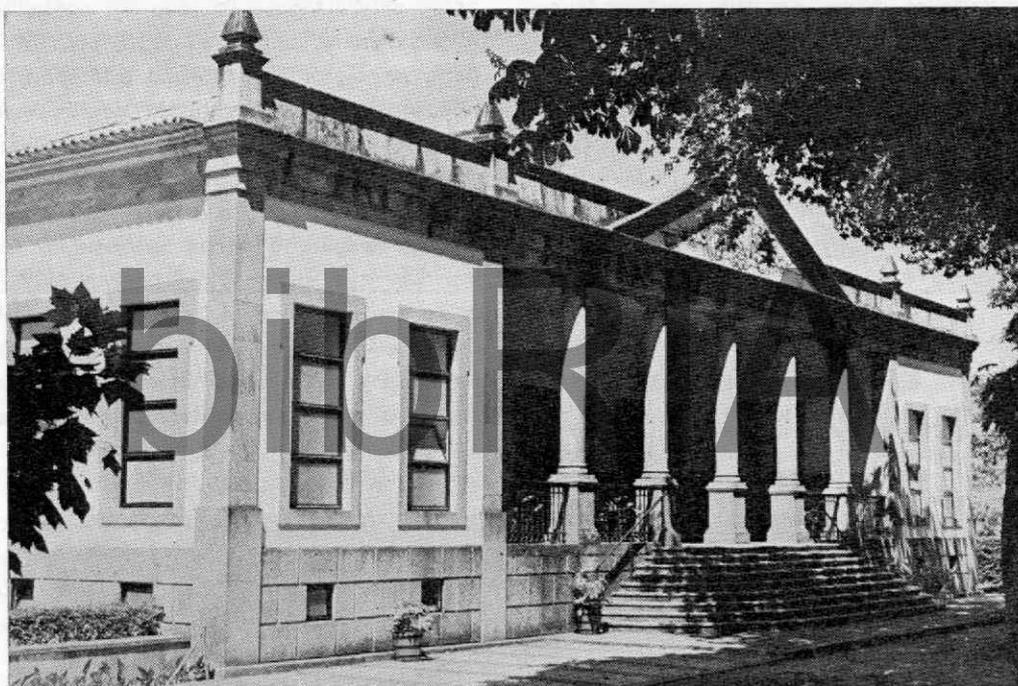
Considerando estas distâncias, é mais verosímil que a sede de Lancobriga fosse em Fiães, também das Terras de Santa Maria, onde existe um castro, esporadicamente explorado, com recolha de variado espólio: objectos de pedra, de cerâmica, de vidro e de metal (investigações de Mendes Correia e Carlos Teixeira, e mais recentemente de Carlos Alberto Almeida e Eugénio dos Santos).

Uma visita ao castro, infelizmente ainda mal demarcado, poderá ser feita, derivando em Lourosa para a estrada que liga a E.N. 1 a Arouca, e atravessando

desfiladeiro, corre o rio Às-Avevas, sobre cujas margens se debruça o lugar de Vilar (nome oriundo de «villa» romana?), onde se têm conservado bastante, apesar do camartelo do progresso, as características das antigas casas de lavoura de Entre Douro e Minho.

De Fiães rapidamente se passa a S. Jorge, freguesia com ela confinante e que se espalha sobre colinas que envolvem o vale do referido rio Uima para os lados da nascente. No centro da povoação fica a estância balnear conhecida por Caldas de S. Jorge. Um arranjo urbanístico realizado há anos, nomeadamente no próprio rio, fez deste local um recanto extremamente agradável e repousante.

A concessionária deste estabelecimento termal é a



Frontaria das Caldas de S. Jorge

a progressiva freguesia de Fiães a caminho das Caldas de S. Jorge. O castro estender-se-á na vertente nordeste do monte—Monte Redondo—em cujo cimo se encontra implantada a Capela de Nossa Senhora da Conceição. Em frente desta fica a casinha modesta, mas graciosa na sua simplicidade, do venerando arcebispo D. Moisés Alves de Pinho, sendo o acesso mais fácil ao local por um arruamento de escassas dezenas de metros, que nasce na estrada de ligação de Fiães a S. Jorge, justamente onde se ergue um busto daquele ilustre fianense.

Sobranceiro ao Monte Redondo, do lado norte, fica o Monte das Pedreiras, esplêndido miradouro sobre o vale do rio Uima. Entre os dois montes, num quase

Câmara Municipal da Feira, que a ele tem dedicado todos os esforços no sentido de melhorar as suas condições, de modo que seja crescente o número de aquisições, nos últimos anos à volta de mil e oitocentos, muitos dos quais tratados gratuitamente. E justificam-se estes esforços, pois as características das águas, sulfurosas e alcalinas, são a razão do assinalado êxito no tratamento de doenças reumáticas, das vias respiratórias superiores e da pele.

Um visitante menos apressado poderá, partindo de S. Jorge por trajecto cheio de pontos paisagísticos, dar um saltinho a Romariz, e lá apreciar os restos de uma povoação castreja, mas onde será possuído do mesmo sentimento de desolação que já tivera em



Igreja da Misericórdia

Fiães, pelo pouco aproveitamento destes dois locais, bem dignos de profundo e ordenado estudo arqueológico.

Ou então seguir logo para a sede do concelho, subindo estrada serpenteante, ladeada de frondosos pinheirais, até encontrar a E.N.1, que deixara em Lourosa, e atravessá-la. Se subimos, agora vamos descer, de novo aos ziguezagues, até chegarmos à vila, que cedo uma clareira nos permitirá descortinar ao fundo, como que enterrada no vale, e dominada pelo guardião de séculos, o seu formoso castelo, encimando pequena colina e emergindo de denso maciço verde, que mais faz realçar a sua elegância.

A rua principal, que nos leva ao centro, conserva, com ligeiras modificações, a arquitectura de há muitos anos. O primeiro edifício a visitar é a Igreja da Misericórdia, de ampla escadaria ornada de canteiros floridos, e onde se pode apreciar um fontenário em pedra trabalhada. Um pouco mais abaixo, à esquerda, um jardim bem cuidado, com um gracioso espelho de água, enquadra um conjunto de edifícios modernos; e, logo à direita, como que em expansão da própria rua, um pequeno largo — Praça da República — no meio do qual nos chama a atenção um belo chafariz do século XVIII, de duas taças sobrepostas. Na mesma praça ficam os Paços do Concelho, de construção sóbria, mas com boa cantaria. O actual edifício data também do século XVIII, embora tenha sofrido arranjos posteriores.

Esta rua vai desembocar no Largo de Camões,

conhecido também por Rossio, onde todos os meses se realiza uma feira, que em vinte de Janeiro — dia da



Um belo chafariz do século XVIII

Festa das Fogaceiras e feriado municipal — toma foros de grande romaria, nela sendo vendidos milhares de quilos de fogaças e caladinhos, os doces típicos da terra.

Daqui parte, subindo por entre ajardinamentos maravilhosos, a alameda que nos leva ao cimo do morro, onde sobressai o castelo, sentinela atenta de outros tempos, transformada agora em expressivo «ex-libris» das Terras de Santa Maria.

É o Castelo da Feira um exemplar único de arquitectura militar medieval, cuja história está intimamente ligada aos primeiros alicerces da Nacionalidade Portuguesa. Com efeito, teria sido o seu alcaide Ermígio Moniz, um dos primeiros guerreiros a colocar-se ao lado de D. Afonso Henriques na rebelião, que havia de culminar com a independência do território portugalense.

Envolvida pela sólida muralha, que delimita todo o grande recinto ocupado pelo castelo, ergue-se altaneira e magestosa a torre de menagem. Quadrangular e coroada por quatro torreões cónicos, faz lembrar os belos castelos franceses. Do seu terraço, onde estão implantados aqueles torreões, desfruta-se um panorama deslumbrante. A muralha é reforçada por uma barbacã e uma série de cubelos angulares ligados por um adarve. A entrada principal, ao lado poente, é um portão ogival com o brasão dos Pereiras, que desde os meados do século XV ao século XVII aqui tiveram o seu solar senhorial. Próximo desta porta, e encostada à

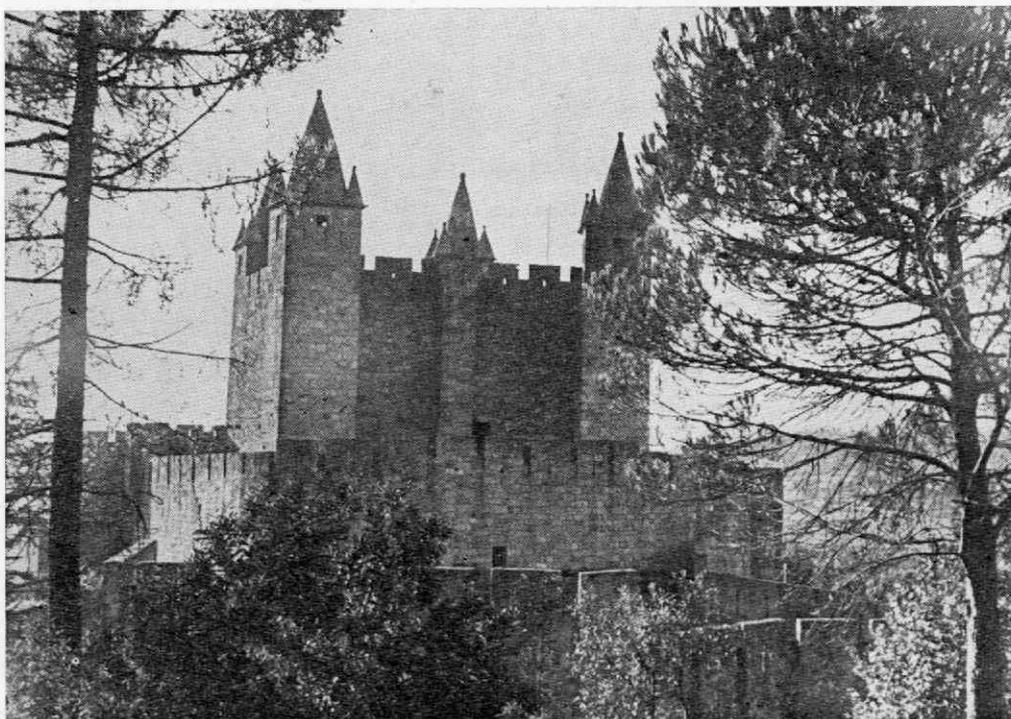
muralha, fica uma capela de forma hexagonal, cuja actual estrutura data de 1656.

Pela reconstrução bastante perfeita da sua arquitectura original, consideramos este monumento um local privilegiado para um mestre ministrar uma belíssima lição prática de História da Arte, tal é a profusão de elementos a analisar.

No regresso à vila, poderemos deambular descontraidamente pelo maravilhoso parque da chamada Quinta do Castelo, detendo-nos por momentos à beira do lago, que tem adjacente uma curiosa e artística gruta artificial.

Sobranceiro ao Largo do Rossio, do lado nascente, e servido por uma monumental escadaria, desdobrada em graciosos patamares, ao fundo da qual se pode admirar um artístico chafariz do século XVIII, distingue-se o antigo Convento dos Frades de Santo Elói. O templo, revestido a azulejos do século XVII, é desde 1566 a igreja matriz da paróquia de S. Nicolau da Vila da Feira. No seu interior são dignos de apreço a sumptuosa abóbada e os altares, de rica talha dourada, nomeadamente o altar-mor, belo exemplar de retábulo tipo portal românico, que mereceu referência a Reinaldo dos Santos na sua obra «Oito Séculos de Arte Portuguesa». E não deverá passar despercebido o cruzeiro do século XVI levantado em frente do pórtico da igreja.

O resto do edifício é presentemente ocupado pelo tribunal da comarca, repartições inerentes, conserva-



Envolvida por sólida muralha, ergue-se altaneira e magestosa a torre de menagem

tórias e notariado. A fachada sul, entrada principal para estes departamentos, foi há anos objecto de grandes obras que, sem lhe tirarem a sobriedade do conjunto, lhe emprestaram uma feição mais airosa. Dá para um largo, com o busto do jurista feirense Professor Guilherme Alves Moreira, que tem ligação directa com a alameda que vai para o castelo, o que é uma alternativa suave ao acesso pela escadaria, quer àquelas repartições públicas, quer à própria igreja.

Procurámos dar uma ideia do mais saliente e de mais fácil visita, mas de modo algum esgotámos tudo o que se pode admirar nesta terra pródiga em beleza natural. Vamos então deixar a sede do concelho, seguindo pela nova artéria que começa no largo do

Lourosa, estendendo-se ainda por Argoncilhe e Fiães.

No regresso desta espécie de triângulo turístico que delineámos, podemos apreciar a traça arquitectónica das Casas da Torre em S. João de Ver e da Portela em Paços de Brandão, ambas do século XVI. Faremos uma pequena pausa no agradável parque junto da igreja de Santa Maria de Lamas, aproveitando para uma visita ao museu, que, embora um tanto desordenadamente, tem expostas algumas valiosas peças de arte. E vamos voltar à estrada Porto-Lisboa próximo do ponto onde a deixáramos no início da nossa digressão, passando em Lourosa por um interessante conjunto urbanístico de iniciativa particular, constituído por restaurante e piscinas.



O antigo Convento dos Frades de Santo Elói, com a sua monumental escadaria

Rossio, próximo do local onde se encontra a Estalagem de Santa Maria, e se prolonga pela avenida agora com o nome do Professor Egas Moniz. É uma das zonas de grande expansão urbanística, já com alguns bons e modernos edifícios públicos e graciosas residências particulares.

Entramos, assim, na estrada que liga a Vila da Feira a Espinho.

Poucos quilómetros adiante, devemos visitar a igreja matriz de Rio Meão, de estilo românico, que pertenceu à Ordem de Malta e esteve ligada ao Baliado de Leça.

Estamos agora na grande área industrial do concelho, que abrange Rio Meão, Paços de Brandão, São Paio de Oleiros, Santa Maria de Lamas, Mozelos e

Este é um esquema que sugerimos para um fim de semana. Mas em todo o concelho podemos estabelecer centros de interesse:

Usufruir por momentos a vivência espiritual de paisagens maravilhosas em extensão e variedade, sentindo a cada passo o contraste do horizonte serrano com o da planície marítima.

Repousar nas margens dos rios, cheias de recantos privilegiados, do rio Cáster ou do rio Uima, e até do Douro, que, saudoso dos tempos em que delimitava grande parte da fronteira norte das Terras de Santa Maria, ainda vai beijar o lugar de Carvoeiro da freguesia de Canedo.

Artístico fontenário da Casa da Torre em S. João de Ver



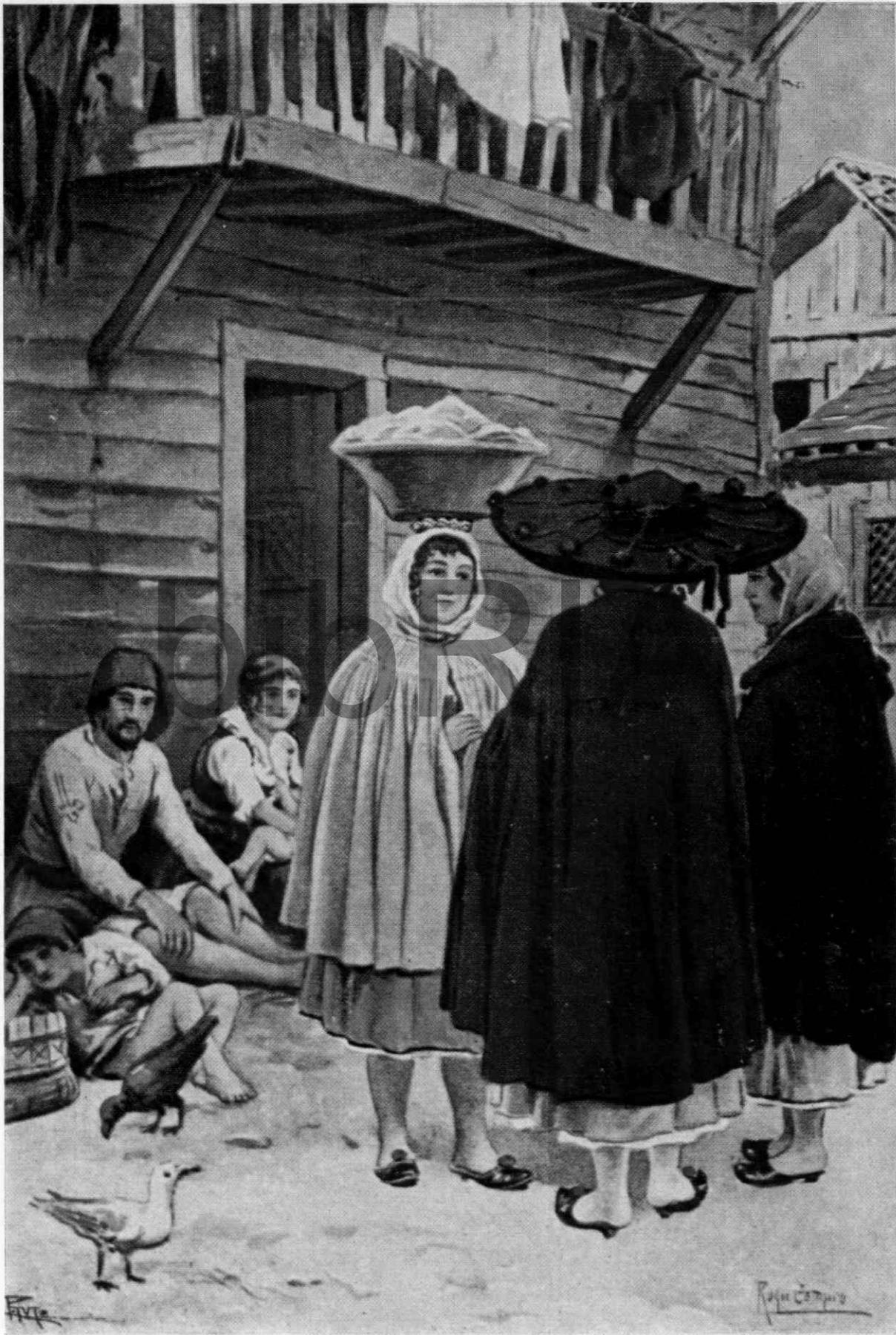
Comparar o polimorfismo da arquitectura das igrejas e capelas, algumas conservando ainda traços das que há muito as precederam, e a que estão ligadas curiosas lendas e tradições.

Analisar lápides comemorativas de acontecimentos relevantes para a terra, bustos de figuras ilustres ou beneméritas, obeliscos ou alminhas, que revelam a sensibilidade do povo a episódios trágicos, como o Monumento da Guerra Peninsular em Arrifana e as Alminhas do Picoto, junto das quais ainda há poucos anos se podia ver o célebre «pinheiro das sete cruzes», ambos evocativos das atrocidades da segunda invasão do país pelas tropas francesas no início do século passado.

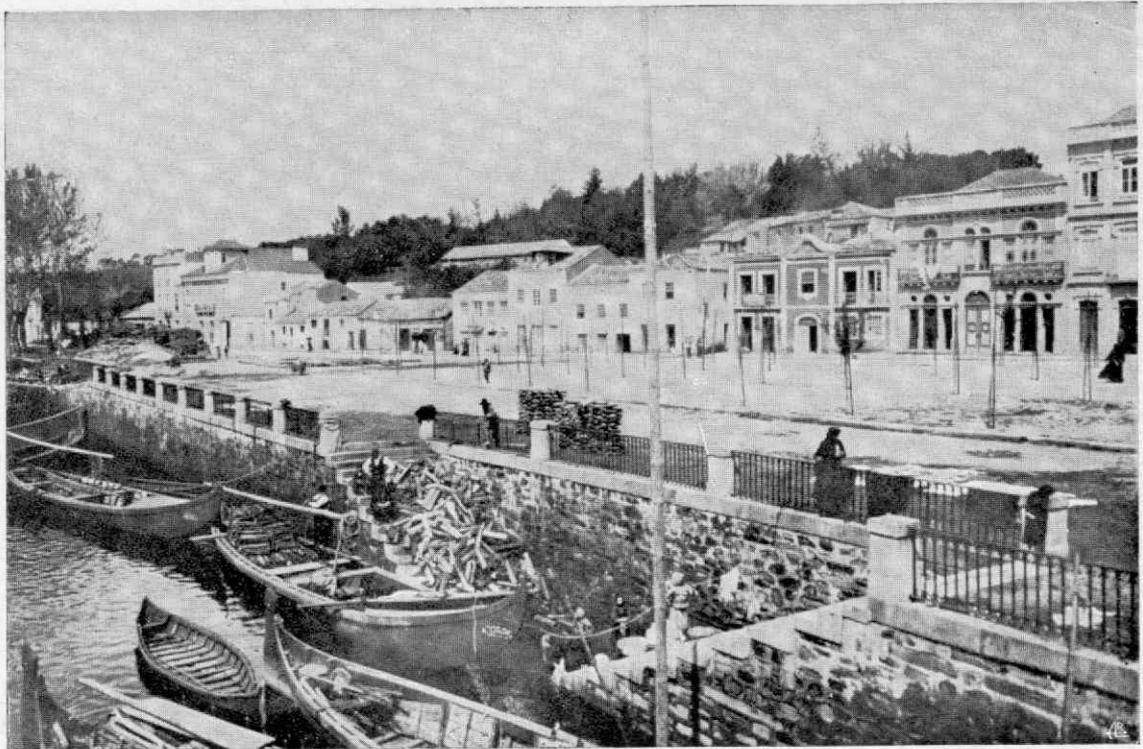
E sobretudo o contacto humano com as gentes, detectando as características da sua índole e o seu «modus vivendi», avaliando as suas potencialidades, e auscultando os seus anseios e as suas esperanças numa sociedade nova, eis o que consideramos importante, para além do aspecto gastronómico e da análise monumental, numa visita qualificada de turística às Terras de Santa Maria da Feira.



Claustro do Convento dos Lóios
aguarela do pintor feirense António Joaquim



ILHAVOS



AGUEDA — Antigo Cais do Botaréu

bibRIA

ANTIQUALHAS



AVEIRO — Rio dos Balcões

Saudação

JAIIME CORTESÃO

Explicação

biBLIA

16 de Maio de 1828

CONFERÊNCIA DE JAIIME CORTESÃO
PROFERIDA EM AVEIRO, EM 1956



Explicação

«Primavera de 1956. Em pleno consulado de Salazar. Com a censura e a polícia política actuando a seu bel-prazer.

Indiferentes a possíveis riscos, os Democratas do Distrito decidiram comemorar a histórica data de 16 de Maio de 1828.»

Melhor que quaisquer outras, estas palavras já publicadas no n.º 21 desta REVISTA, espelham o ambiente em que foi proferida a Conferência de JAIME CORTESÃO que adiante se reproduz.

Tanto a Conferência de Jaime Cortesão como a apresentação deste, por Mário Sacramento, não foram escritas. Se hoje as podemos arquivar para que os vindouros conheçam esse momento exemplar da história de Aveiro, isso se deve a uma gravação feita para furtar à sanha destruidora da PIDE, essas peças de cultura e desassombro.

A gravação foi deficiente — eram poucos aperfeiçoados os recursos técnicos empregados — e não poderá deixar de reflectir-se, no texto, essa deficiência.

Só o esforço e a devoção do João Sarabando e do Armando Seabra conseguiram ultrapassar os escolhos e permitir não se perdessem, totalmente, as palavras de ouro então proferidas.

Não se corrigiu quando a dúvida surgia e a certeza não existia. Era difícil e perigoso. A veneração por quem dissera as palavras era demasiado grande para que se corresse o risco de errar, ao reproduzir, por escrito, o que de improvisado fora dito.

Nesse respeito havido a homenagem necessária e justa.

Saudação

a

JAIIME CORTESÃO

Por MÁRIO SACRAMENTO

Minhas Senhoras e meus Senhores:

Chegou enfim o ensejo, há tanto aguardado pelos democratas do Distrito de Aveiro, de festejar, com jubiloso carinho, o regresso do filho pródigo. Depositários de uma herança de estrénuua fidelidade aos interesses do povo, legada pelos precusores e mártires cuja memória e exemplo estão celebrando, eles sentem-se investidos em sua pessoa colectiva, no mandato já centenário de pais e de filhos, que lidimamente se orgulham de haverem nascido nas orlas da laguna, junto à qual se ergue a cidade que Marques Gomes batizou de berço da liberdade.

E é esse mandato que hoje vêm cumprir, uma vez mais, deixando transbordar de um coração represo, estas comovidas palavras:

Bem-vindo, Jaime Cortesão! Bem vindo ao seio ardente do povo a que pertence e que tão orgulhosamente se revê em si e na sua obra.

Filho pródigo, digo e repito. Mas pródigo não está porque dotado da férvida generosidade que o levou, como voluntário, aos campos de batalha no cumprimento do imperativo moral e que mais alto expõe na sua obra de poeta e de dramaturgo. Assim, com singular destino, que enforma a sua carreira de homem público, revestindo-a do simbolismo estranho que nimba as grandes figuras da humanidade e que sedimenta nos mitos.

Na verdade, para nós, democratas portugueses que nascemos a tempo de ler as suas «Cartas à Juventude» na idade utópia, a biografia de Jaime Cortesão não só restitui ao presente a túrgida seiva tão repassada de dor que mandou do exílio pelas penas de Verney, Filinto e de Garrett, mas reveste o próprio exílio de uma profundidade histórica em que se reflete, em toda a sua crueza, a crónica tétrica dos nossos dias.

Ele pode dizer, por isso, o mesmo que sentidamente escreveu na pequena jóia literária que é o seu «Remorso pela morte de Antero».

Há homens que sofrem e choram por gerações inteiras. Dir-se-ia que a certas horas há, pois, num mundo moral que eles hoje carregam sobre os ombros, todo o mal da vida.

Forçado a abandonar a Pátria no início do ano de 1927, encontra-se em Madrid no momento em que deflagra a guerra civil espanhola, abandonando Barcelona quando nela entram os tércios da Falange. Rompendo através da neve, galga os Pirinéus, carregando sobre si próprio os seus manuscritos e apontamentos literários. Está em França na altura em que as hordas de Hitler invadem a pátria de Diderot. E seguindo, enfim, para o Brasil, o proscrito miserando torna-se o Embaixador incredenciado da inteligência e da cultura pátria, dando o corpo e a vida a tudo o que ficou a unir os dois povos para lá da separação política.

Relanceados como ficam os momentos culminantes que entreabrem a Jaime Cortesão as fecundas perspectivas do simbolismo ético-histórico a que aludi, como estranho que seja o seu nome que apareça, espécie de génio tutelar, no lugar de honra das comemorações com que os democratas do Distrito de Aveiro reatam este ano uma tradição mais que nenhuma cara aos seus corações de homens livres?

Pois que outro escritor português mais indicado para invocar a revolução que

deu origem à maior corrente migratória de exílio do nosso século XIX do que o protótipo do exilado do nosso século XX?

Para além, todavia, das razões de ordem moral, acresce esta outra para a vinda aqui de Jaime Cortesão, a qual, sendo de menor porte, não é de menor importância.

Jaime Cortesão é hoje o historiador português cuja obra podemos alinhar, sem uma sombra de reserva, na mesma estante em que guardamos Fernão Lopes, Damião de Góis, Herculano e Martins. E sendo-o, acresce nela uma particular autoridade para versar o tema de hoje. É que, para o autor de «Os factores democráticos na formação de Portugal», o argumento histórico do Grupo Social que em 1820 se lançou à conquista do poder político tem um tão largo e decisivo alcance que, segundo ele, a própria fisionomia da Pátria só veio a definir-se cabalmente no momento em que, emergindo no panorama económico-social, começou a intervir nos destinos da Nação, ou seja, em 1383. Preciso esclarecer, contudo, que ao referir-me deste modo ao historiador que é Jaime Cortesão eu estou apenas a destacar um aspecto da actividade de um homem que é um todo, ou seja, a vertente de uma personalidade una e monolítica. Na verdade, ao contrário do que tem acontecido a muitos outros altos espíritos que transitam para o pélago obscuro da missão histórica, o desperto humanismo de Jaime Cortesão não o abandona nunca e assim, em plena crise geral do idealismo filosófico, o racionalismo idealista de Jaime Cortesão resiste e como que sobrevive a si próprio.

E porquê?

Porque um democrata coerente, como é Jaime Cortesão, mergulha as raízes do seu ideário no mais profundo seio do povo.

O autor do «Cancioneiro Popular», das «Cantigas do povo para as Escolas» e de «O que o povo canta em Portugal» está presente em tudo o que o historiador escreve, e por isso ele declara, sentido: «Toda a história escrita tende a tornar-se uma interpretação actual do passado!»

Assim é, assim deve ser. Assim deve ser, sublinho, e, sublinhando-o, sinto-me feliz por reconhecer que a chama viva que tão fortemente ilumina o labor intelectual deste homem é a mesma que aquece os nossos corações de democratas de várias correntes, sim, mas de uma só atitude: a da mais indefectível confiança nos destinos do nosso povo e na sua jamais desmentida capacidade para se tornar senhor dos seus destinos.

Os homens que nasceram como eu na mais bela e trágica hora da vida da Humanidade (assim se lê nas «Cartas à Mocidade») e os que connosco têm partilhado um mundo de catástrofes, incêndios, ruínas, incertezas, que o clarão de Hiroshima não cessou ainda de alucinar, seguimos irmanados pelo caminho que o mentor ilustre da juventude mostrou existir ao lado dele.

Um coro de esperança se ergue do coração dos homens e de nós depende que essa esperança se volva em realidade e que outro canto mais ansioso e alevantado se erga sobre a terra. O vibrante e ardente hino de paz do heróico autor das Memórias da Grande Guerra bem merece de todos, porque ele o diz: «Já me sacrifiquei pelos homens todos, pela beleza da vida, posso falar» — e é isso que vai fazer.



Conferência

de

JAIME CORTESÃO

Comove-me profundamente a manifestação afectuosa que acabam de fazer-me.

Comoveram-me as palavras do senhor Moraes Sarmento, sinceramente o digo.

Não me lembrava já da sua recente camaradagem. Mas no encontro tive um grande prazer.

Comovem-me também, mas por maneira diversa, as palavras do Dr. Mário Sacramento. Com todo o gosto, fazer a minha história desta maneira, creio estar ouvindo antecipadamente o meu elogio fúnebre.

E na verdade choca-me. Porque ainda me sinto vigoroso para interpretar, aqui, os sentimentos do povo de Aveiro numa das suas maiores datas.

Quero agradecer também ao público que me escuta e no meio do qual vejo amigos que vieram de longe para ouvir-me, agradecer-lhes comovidamente a honra que me dão. E receio muito desiludi-los, talvez eu não seja a pessoa mais própria para falar hoje aqui, mas, velho que sou, cansado, atribulado por doenças e aflições, entendi, que convidado pela comissão promotora das homenagens e da celebração da data do 16 de Maio, era meu dever comparecer aqui, era meu dever em nome dos Liberais percorrer, em nome dos democratas portugueses vir aqui homenagear a cidade de Aveiro. E aqui estou; sem prazer, digo. Já não me vangloria ver uma multidão com sede das minhas palavras. Mas sinto, sim, a alegria de quem cumpre um dever e, velho embora, vem aqui, fiel à sua velha fé de democrata, afirmá-la mais uma vez com todo o vigor de que é capaz.

Senhor Presidente, Senhores membros da Mesa, minhas senhoras e meus senhores.

Quando, a 16 de Maio de 1828, se sentiram os primeiros sintomas do absolutismo no go-

verno de D. Miguel, estalou uma revolução em Aveiro, que, agora de desastre em desastre, logo de triunfo em triunfo, e, no intervalo, pisando um calvário de aflições, tragédia, horror e lances de epopeia, acabou por implantar, com a Convenção de Évora-Monte, o Liberalismo em Portugal e por um século.

Muitos dos que então entraram nessa revolução vieram a pagar com a cabeça no cadafalso, com a perda de bens, com a prisão, com o sofrimento, com a miséria, o crime de terem sido fiéis às suas ideias e de lutar por elas. Foi pois desta terra regada pelo sangue e as lágrimas dos mártires, foi deste céu onde ainda hoje drapeja a bandeira da Liberdade, que partiu o movimento de resgate que moldou uma face nova a Portugal e para todo um século.

Vejamos rapidamente como se passaram os factos.

Falecido D. João VI, em 1826, passado mês e meio, D. Pedro, então Imperador do Brasil, renunciou à coroa de Portugal na pessoa de sua filha D. Maria da Glória e outorgou uma carta constitucional a Portugal na intenção de nomear regente seu irmão D. Miguel, que casaria com a princesa D. Maria desde que jurasse a Carta. Estava D. Miguel em Viena de Áustria, jurou a Carta, jurou a Carta não obstante já então conspirar contra as intenções de seu irmão. Passado pouco tempo, celebrava os esponsais com sua sobrinha, que era representada pelo Barão de Vila Seca. No ano seguinte veio para Portugal. Reunidas as Câmaras no Palácio da Ajuda, que ele elegera para sua residência, jurou novamente e solenemente, perante as Câmaras, fidelidade à Carta, declarando, palavras textuais, que reconhecia a legitimidade de D. Pedro IV e de sua sobrinha D. Maria como soberanos legítimos de Portugal. Não obstante, passados poucos dias deste juramento solene e público, ele começava a trair a sua palavra e, imediatamente, tratou de deitar por todos os meios mão do Poder. Demitiu da administração pública todas as pessoas que ocupavam lugares importantes, que fez substituir, transferiu oficiais, nomeou novos comandantes para os corpos, instaurou a censura, aumentou em quantidade enorme a polícia e, também imediatamente, inaugurou um sistema de repressão, o mais violento de que há memória na História de Portugal, contra os seus inimigos políticos.

Volvidos dias, ele convocava, suprema irritação, em nome da Carta Constitucional, mas com desprezo das Câmaras, que eram a base do regime, os velhos estados do reino, com a indicação, com a exigência de que só fossem nomeados representantes para essas novas Câmaras pessoas escolhidas a dedo mas que fossem inteiramente tementes a Deus e obedientes ao trono. É claro, reunidos os três estados, sob o peso da ameaça e pelo suborno, e escolhidos a dedo os menos capazes mas os mais subservientes, os mais

falhos de carácter, podia adivinhar-se o que havia de sair daquela Câmara. E saiu, em Julho de 1828, a anulação da Carta e a escolha do Sr. D. Miguel I para Rei absoluto.

Já então, era tamanha a atmosfera de terror no país, desencadeavam-se tão precipitadamente os desmandos contra os Liberais que as consciências livres, isentas, puras, que abundavam no país, começaram a sentir-se no desejo e na necessidade de reagir. É claro, como sucede sempre àqueles que ligam, que unem à intuição o medo, começaram a fugir para o estrangeiro. Mas, as consciências mais ardentes sentiram a necessidade de lutar. Faltava-lhes o mando, faltava-lhes uma consciência mais ardente que fosse capaz de unir as vontades e lançá-las na acção. Esse homem existia e habitava aqui próximo, em Verdemilho, chamava-se Joaquim José de Queirós, era um antigo desembargador da Baía e então membro das Câmaras que iam ser abolidas.

Joaquim José de Queirós foi o verdadeiro chefe da revolução e foi um verdadeiro chefe da revolução porque encontrou em Aveiro o ambiente eminentemente propício, encontrou magníficos auxiliares e uma sociedade que correspondia inteiramente aos seus anseios e às suas directivas.

Não que não houvesse aqui legitimistas, mas os homens mais activos, as consciências mais ardentes, as vontades mais decididas e capazes de sacrificar-se pertenciam ao partido liberal. Contava-se entre eles João de Morais Sarmiento, que era então sargento de Caçadores 10 mas uma destas almas devotadas e ardentes que se tornou imediatamente o auxiliar de Joaquim José de Queirós.

Eu não lhes vou fazer a história da Revolução. E a história das lutas liberais, que levam seis anos, não se metem, não se encerram no espaço de uma conferência, que seis anos de lutas épicas, de miséria, de tirania, de sofrimento, de exílio, de derrotas, de vitórias, que tantas se desenrolaram durante este período. Vou, sim, dar-vos uma ideia muito rápida do que foi esse movimento. A Revolução de 16 de Maio fracassou nos primeiros dias. E fracassou, porquê? É que ninguém pode lutar com um vulcão, ou com um terramoto, e o que de Lisboa subiu para o Norte não eram as forças de um exército, eram a lava incandescente, a lava formada por todos os instintos ferozes do homem primitivo, mas que se tinham amontoado no coração das massas ignorantes e envelhecidas por três séculos de absolutismo. As forças liberais tiveram que recuar para a Galiza, aí embarcar para a Inglaterra, da Inglaterra para a Terceira e da Terceira voltaram a Portugal para desembarcar em Julho de 32 nas Praias de Pampelido.

O que foi esse filme movimentado e dramático

conta-o um dos contemporâneos e testemunha dos acontecimentos, o historiador Luz Soriano. Filme dramático, com efeito, em que aparece o êxodo de milhares de homens, guiados por uma figura extraordinária, destas que lhes peço para guardarem na vossa memória, o Major Sá Nogueira, mais tarde mutilado no cerco do Porto, mais tarde Marquês de Sá da Bandeira. Homem que faz honra à Humanidade e aos Portugueses, porque ele foi a alma, a consciência, o mando que levou estes milhares de homens para o êxodo através de dificuldades terríveis e que pôde conservar a unidade dessa fialange que veio a ser o núcleo mais importante de sete mil e quinhentos bravos do Mindelo.

Nas páginas de Luz Soriano aparecem, com menores por vezes fastidiosos mas sempre com perfeita lealdade e fidelidade, os acampamentos álgidos sob a chuva torrencial nas montanhas fronteiriças da Galiza. À avareza dos aldeões que se aproveitaram da miséria dos soldados para lhes vender a peso de ouro o pão que eles comiam, a prepotência das autoridades espanholas, que abusaram infamemente da situação dos emigrados, vendidos como estavam a D. Miguel para roubar, é à palavra, ao regimento não só a caixa da tropa mas os próprios haveres pessoais.

E depois, o embarque de 2500 homens famintos, esqueléticos, cobertos de farrapos e de piolhos, para a Inglaterra.

A vida no célebre barracão de Plymouth, barracão à beira-mar, destinado apenas a guardar madeira de construção naval, em cujos baixos entrava a maré e no primeiro andar se amontoavam e dormiam, quando dormiam, os emigrados portugueses, mergulhados na neblina do mar e ao som dos ventos que entravam pelas frinchas das tábuas mal unidas do barracão e levantavam dentro, com as palhas do chão, com a neblina, no mesmo torvelinho ardente, as recordações das insones imagens da pátria que eles entreviriam ao longe através das tábuas da forca.

Pouco depois, renascia a esperança, formavam-se novos batalhões, os batalhões embarcavam para a Terceira, repeliam o assalto da esquadra miguelista, conquistavam todo o arquipélago dos Açores.

Depois, D. Pedro, que renunciara o trono Imperial do Brasil, vem à Terceira tomar o comando das tropas e formar seu Governo, o seu Governo para o qual entra imediatamente um nome que todos nós devemos guardar também na memória com veneração: o de Mousinho da Silveira.

7500 bravos do Mindelo saltam a 7 de Julho de 32 nas praias de Pampelido. Conta-se que muitos deles se lançaram por terra, chorando, para beijar a areia da costa, a areia, o chão da pátria portuguesa.

Eu compreendo o que é essa emoção e compreendo muito mais e todos o compreendemos quando soubermos o que entretanto se passara em Portugal. Porque, se os emigrados tinham sofrido, os que ficaram cá sofreram mais. A reacção mais brutal, repito, que jamais se desencadeou em Portugal, acirrada pelos sermões de maus padres e maus frades desencadeou-se sobre os liberais, desencadeou-se em primeiro lugar, de maneira oficial. A célebre alçada do Porto começou a julgar os homens que tinham entrado na revolução. Foram muitos condenados à morte e a 7 de Maio foram justicados os dez primeiros, pouco depois mais alguns.

Rezavam as sentenças que esses homens, cujo crime era de ter ideias próprias políticas contrárias ao Governo absolutista e ter lutado por elas, esses homens perderiam todos os direitos, honras e privilégios, seriam levados pela cidade com baraços e pregão e depois conduzidos à forca onde seriam enforcados para depois lhes cortarem a cabeça e as cabeças serem espetadas num tronco nos lugares onde havia sido praticado o delito.

Dessas cabeças couberam seis ao distrito de Aveiro, uma delas foi a do desembargador Gravito, a outra a de João Morais Sarmento. No dia 7 de Maio, pois, no Porto, deu-se o suplício dos condenados. Foram levados pela cidade, as tropas abriam e fechavam o cortejo, no meio iam eles vestidos com a alva e o capucho do suplício e embrulhados na cinta pelo cordão com que haviam de ser enforcados. Junto ia a tumba ou as tumbas onde os restos mortais haviam de ser conduzidos. Os frades salmodeavam de uma maneira lúgubre e atrás do povo entoavam o miserere. Foram assim conduzidos para a Praça Nova, para duas forcas, e durante 3 horas durou este espectáculo. Os pobres condenados, vivos ou agonizantes, eram arrastados pelas escadas para a forca; aí o carrasco embrulhava-os rapidamente no capucho, traçava-lhes a corda ao pescoço, saltava sobre eles, eram arrastados para baixo, decapitava-se-lhes a cabeça.

E, Senhores e Senhoras, havia homens que riam, mulheres estavam à janela e davam vivas a D. Miguel e à santa religião.

Houve homens, houve portugueses, que misturaram o nome de Deus com este crime. Mais uma vez a religião assistiu ao Estado para exercitar os piores crimes da tirania.

Não parou por aqui o horror, as cabeças desses homens foram levadas quatro para Aveiro, duas para a Feira e uma para Albergaria-a-Velha. Em Aveiro, quiseram alguns miguelistas que a cabeça de João de Morais Sarmento fosse espetada num pinheiro em frente da casa onde morava sua mãe. Houve alguns

legitimistas, que guardavam ainda um pedaço de humanidade no coração que se opuseram a isso.

As lojas, as casas na cidade, tinham fechado. Foi preciso ir buscar carpinteiros à força para preparar os madeiros onde se haviam de espetar as cabeças. Mas, em Albergaria-a-Velha, a cabeça de um dos justicados foi posta em frente da casa dos pais. E eu tremo, eu sinto arrepio nas carnes, eu sinto-me envergonhado de terem sido portugueses capazes desta infâmia. (Palmas)

Não parou por aqui o suplício dos Liberais que ficaram em Portugal. Eram perseguidos a cacete nas ruas, eram levados para a prisão, na prisão violenta-

Como explicar esta rápida vitória quando os liberais eram 7 500 e D. Miguel dispunha de 80 000 homens? Oliveira Martins, no «Portugal Contemporâneo», referindo estes factos mostra-os como um absurdo, não que ele o diga, mas o que ele diz é que D. Miguel, valentão, brutal, homem com tinetas e garbos de toureiro era o ideal representante legítimo do povo português, um povo que ele considerava totalmente ou na sua totalidade envilecido por três séculos de inquisição, de despotismo e fradaria.

E, pergunta-se ele a si próprio, porque venceu a causa liberal? Palavras textuais: pela força das coisas e por uma série de acasos.



Jaime Cortesão cumprimentando João de Morais Sarmiento, descendente de um dos supliciados do 16 de Maio.

dos de toda a forma, e havia sempre um padre ou um frade incitando, pedindo que os liberais fossem levados para a forca e mais ainda como eu lhes direi.

Entretanto, as tropas desembarcadas em Mindelo avançavam sobre o Porto, dava-se o cerco do Porto. Passado menos de um ano a surtida do Duque da Terceira sobre o Algarve, a sua marcha fulminante sobre Lisboa, a entrada em Lisboa passado um mês, depois da derrota de Teles Jordão na Cova da Piedade. Vêm depois as batalhas de Pernes e de Asseiceira até à convenção de Évora-Monte e o Liberalismo foi implantado em Portugal.

Tanto um romantismo serôdio, um pessimismo de escritor e um amor às tintas negras pode levar a falsear a verdade e a negar a justiça.

Não que Oliveira Martins defendesse o absolutismo, mas ele foi quase sempre mais um artista que um historiador.

Respondeu-lhe imediatamente uma das almas mais nobres e puras do Portugal desse tempo: Rodrigues de Freitas.

Já nesse tempo Herculano tinha feito a distinção, a justa distinção, entre uma população de facto envilecida pelo absolutismo, que era capaz de acompanhar os sentimentos dos seus mentores, os poderosos, já

ele tinha feito a distinção entre essa população e o verdadeiro povo, aquele que trabalha e que produz. O verdadeiro povo que trabalha e que produz, que foi o que deu a vitória aos liberais.

E o próprio Herculano, o grande, o austero, o monolítico Herculano, a ele se aponta, ainda que por maneira indirecta, algumas das causas que deram a vitória aos liberais.

Essas causas podem resumir-se da seguinte maneira.

A viciosa, a viciosíssima estrutura económica-social da Nação, formada durante 3 séculos de absolutismo, tornou-se patente, viu-se a nua, quando o Brasil declarou a sua independência. Reconheceram-se então os males, melhor, os males de que enfermava o país e também qual o remédio a aplicar.

Eu gostaria muito, por tendência de historiador, de dilatar neste momento a minha conferência para explicar-vos o que foi a formação económico-social do país durante a Idade Média, a organização democrática das classes na base do trabalho, a preponderância destas classes imprimindo directiva ao próprio Governo e destinos da Nação e como ela se transformou quando dos descobrimentos passámos às conquistas, e o espaço que teve de amparar, nutrir e guiar uma nova classe, a fidalguia guerreira que mantinha essas conquistas. Vou poupá-los a essa dissertação erudita. O essencial está dito.

A estrutura económica-social de Portugal era tão viciosa que Herculano disse: Nos vinte ou trinta anos anteriores ao Governo Liberal Portugal tinha para alimentar-se apenas o suficiente para uns tantos meses; nos últimos três meses do ano os portugueses não tinham que comer e tinham que o importar a peso de ouro.

A agricultura definhara, as indústrias tinham morrido, mercê do tratado de Methuen, e o clero, sobretudo os frades, os conventos, as ordens, tinham prosperado de maneira, que é também o testemunho insuspeito de Mousinho da Silveira, que era aliás católico, que declarou num dos seus relatórios que o clero absorvia mais, mais rendimentos que a própria Nação, quer dizer, que o próprio Estado, e que a sua acção era tal que prejudicava em dois terços a capacidade tributária do Estado.

Para se compreenderem as medidas de Mousinho da Silveira e mais tarde de Joaquim António de Aguiar é preciso entrar na intimidade desses factos. Esse Portugal do princípio do século XIX, roído pela parasitagem fidalga e das ordens, sofre sucessivamente a catástrofe das invasões francesas. A agricultura esmorece de novo, cessam as poucas indústrias que existiam, a propriedade imobiliária devastada pelo saque e pelo fogo reduz-se ainda mais. Mas, dá-se então um

caso extraordinário: verifica-se que o povo português existia, porque o povo português ergue-se como um só homem contra os invasores, e o marechal Soult, o glorioso marechal de Napoleão, diz nas suas memórias que ao entrar em Portugal toda a Nação se levantou contra as forças francesas, e homens e mulheres alucinadas se precipitavam contra as baionetas e as armas de fogo com desprezo da morte. Mas esse povo, heróico mas mísero, estava então sem chefe.

D. João VI e a corte portuguesa tinham emigrado para o Brasil. E diz Herculano: Portugal tornara-se duplamente colónia. Colónia do Brasil, porque o Rei estava lá e porque se tinham invertido os papéis, e em vez de vir o dinheiro de lá, era daqui que ia dinheiro, como por exemplo 50 contos mensais para a expedição ao Uruguai. Enquanto durou essa Guerra, dizia Herculano, era colónia do Brasil e colónia da Inglaterra, porque quem governava aqui eram os ingleses, era o marechal Beresford e os seus oficiais. Governavam a Nação, diziam eles, para defender os interesses portugueses, mas de facto para defender os interesses da Ilha, para proteger a Ilha contra qualquer surpresa de invasão. E faziam-no e governavam esta colónia como os ingleses então governavam as outras colónias que tinham pelo mundo, sem respeito pelos direitos humanos, oprimindo, chamando a tropa como se fosse no seu país e, se aparecia alguma consciência pura e recta que quisesse protestar, como aconteceu com Gomes Freire de Andrade, ele mandava-lhes tapar a boca e a garganta com a corda da força. Foi então que veio a revolução de 20, de 1820, o Rei estava fora, o Governo, o País sob a pata do estrangeiro. E esses revolucionários idealistas e cândidos fizeram uma revolução cordial, lírica, sem efusão de sangue, mas sem ir de maneira nenhuma à raiz, ao descobrimento e ao castigo das causas.

É certo que eles expulsaram os ingleses, acabaram com a inquisição, ainda então havia inquisição em Portugal, e chamaram o Rei, D. João VI. O bonachão do D. João VI voltou a Portugal, voltou a Portugal mas durou pouco, e começa então a desenrolar-se esta tragédia.

Mas voltemos novamente ao nervo lógico do que lhes estou dizendo.

Neste momento o que eram as causas da rebelião primeira vão coincidir com as consequências. Entrado Mousinho da Silveira para o Governo, viu imediatamente qual era o mal e ele próprio o diz: que a separação do Brasil, a independência que o Brasil tinha proclamado era mais fértil em consequências do que tinha sido o seu descobrimento. Ele dizia também que era necessário que Portugal readquirisse pelo trabalho o que antigamente lhe vinha em ouro do Brasil e do trabalho escravo nas colónias.

Visão perfeita, visão que define o génio do estadista e visão também que nos faz entrar no segredo íntimo da própria revolução e que nos explica porque foi um desembargador da Baía, Joaquim José de Queirós, o Chefe da Revolução do 16 de Maio. É que ele estava em condições magníficas para compreender que o mesmo mal que afligia o Brasil afligia Portugal; que os brasileiros tinham sacudido o regime absolutista e que o remédio para os portugueses era também sacudir o governo absolutista. E ninguém como uma pessoa inteligente e um homem que tinha experiência das coisas do Brasil podia vislumbrar melhor as consequências que representavam para Portugal a separação da antiga colónia. Mais ainda, nós compreendemos melhor a lógica íntima da revolução, e vemos que não só é natural e perfeito que tivesse sido um desembargador da Baía mas que ele encontrasse o melhor ambiente em Aveiro.

Aveiro, porto marítimo, e os portos marítimos são sempre muito mais sensíveis a estes movimentos ideológicos que lhes vêm de fora. Além disso, em Aveiro, desde a abertura da Barra em 1808, começara a dar-se uma reestruturação das classes. Isso explica o ambiente magnífico que encontrou aqui o desembargador, e se a Sociologia nos diz que assim viria a acontecer, a História o comprova. No livrinho de Marques Gomes sobre a revolução de 16 de Maio eu vi que entre os conspiradores avultavam os comerciantes, não faltavam também os homens das profissões liberais, os do Foro e também os mecânicos, os pintores, os sapateiros e, o que é extremamente significativo, os estudantes, à frente dos quais José Estêvão — já era então estudante de Direito em Coimbra.

Entrado Mousinho da Silveira no Governo e ainda na Terceira ele começa imediatamente a legislar, e a legislar no sentido de curar as velhas taras absolutistas que pesaram sobre a terra e sobre o trabalho em Portugal. Numa série de leis de que eu lhes vou dar muito rapidamente o resumo, ele acabou com os dízimos, dízimos que chegavam por vezes a 50 % do rendimento bruto da propriedade, com os dízimos e com os direitos senhoriais, e é Herculano que nos diz: eliminando dízimos e direitos senhoriais ele libertava a terra, libertava o trabalhador da terra e o das pequenas indústrias e o comerciante de duas terças partes dos impostos que pesavam até então sobre o trabalho produtivo fosse qual fosse. A seguir, ele elimina em grande parte as sisas, sisas que tinham sido um imposto democrático, no tempo da revolução do Mestre de Aviz, mas que se tinham tornado um elemento opressor. Ele acaba com as ordenanças, que tinham sido também um elemento democrático mas que por intermédio dos capitães-mores pesavam esmagadoramente sobre as populações rurais. Ele acaba

com a arbitrariedade dos cargos, tornando-os apenas pessoais, ele regula as funções da magistratura e separa a magistratura das funções administrativas. Ele realiza um pacto e suprime os bens da coroa afectos às ordens monásticas. É ele quem dá o primeiro golpe, mais tarde terminado por Joaquim António de Aguiar, sobre as ordens religiosas. É ele também que dá o primeiro golpe sobre o morgadio. Enfim, ele foi o verdadeiro revolucionário, o mais substancial, o que foi verdadeiramente às causas económicas e sociais da revolução, fazendo acompanhar a revolução política de uma profunda revolução económica e social. Mousinho da Silveira ia ao ponto de dizer que só tinha direito à terra aquele que a trabalhava com o seu suor, porque a terra sem isso não tinha verdadeiro valor. Mas aqui, como lhes dizia, as causas confundem-se com as consequências. É Herculano que nos diz que, quando esses decretos começaram a circular entre a tropa miguelista, os homens do povo compreenderam que estavam a lutar contra si próprios, e o que lhes convinha era trabalhar pela vitória Liberal. E foi o que fizeram.

Temos então que a revolução liberal iniciada a 16 de Maio pôde, como eu disse de princípio, moldar depois de 6 anos de luta uma face mais justa e mais humana a Portugal. Essa grande glória cabe a todos, evidentemente, mas, mais do que a ninguém, a esse estadista de quem acabo de falar.

Mas, meus Senhores, se a revolução Liberal não tivesse essa grande conquista, entre os benefícios que trouxe a Portugal uma outra coroa de glória lhe cabe: a grande renovação das ideias, políticas, sociais e literárias, que se deu imediatamente após a sua implantação. O Liberalismo é por essência um regimen de convívio e discussão com o inimigo político, de tolerância, e isso permitiu que o ideal republicano como o socialista, pudessem livremente ser explicados e exaltados durante muitos anos, durante o regime liberalista em Portugal. Nasceu daí uma pléiade de apóstolos.

Eu não irei agora enumerá-los, mas quero chamar a vossa atenção, como o mais significativo dos efeitos do Liberalismo e das virtudes da Liberdade, para a grande floração literária que então se deu em Portugal, por algumas gerações, a primeira das quais é a que saiu directamente da revolução; a dos chamados românticos, que pertenciam, é certo, a uma escola de romantismo, mas tiveram o mérito de chamar as letras, de uma maneira peculiar e portuguesa, para a interpretação da vida e da vida junto da terra.

Nesse Instituto de altos estudos, sim, de altos estudos, que foi a emigração, mas em que os pupilos em vez de subsídio oficial tiveram, sim, a elucidá-los os paralelos e as experiências dolorosas, os paralelos de um estado de civilização que eles tinham visto e

presenciado no estrangeiro, estes pupilos de altos estudos chamavam-se nomes tão gloriosos, como Almeida Garrett, Herculano, José Estêvão e Luz Soriano, para citar apenas os principais.

Todos eles são filhos da Liberdade. Garrett, mais romântico que nenhum dos outros, porque viveu o romantismo como um estilo de vida novo, abriu mais caminhos, os mais diversos, às gerações futuras.

Ele foi poeta e prosador de ritmos novos que, nas «Viagens à Minha Terra», escreveu as viagens na minha terra, com aquele fôlego curto e vivo e palpitante da linguagem falada.

Ele foi o folclorista «avant la lettre», aquele que pela primeira vez apreendeu em Portugal o penetrante sentido e encanto da poesia popular.

De espécie, de sebe de estevas e madresilva em flor pelas azinhagas dos casais, ele foi o dramaturgo que reatou, até à sobriedade, da tragédia grega «O Frei Luís de Sousa», o génio do teatro português, que se havia perdido com Gil Vicente. Ele foi o parlamentar que, ombreando com José Estêvão, erguem a eloquência política até uma das supremas afirmações da consciência livre; Garrett, espontâneo até à ingenuidade, elegante até ser janota, foi mestre no verso de João de Deus, precursor na prosa de Eça de Queirós, foi o precursor também de uma escola de teatro que vai desde Marcelino Mesquita a Lopes de Mendonça. E no estudo do folclore iniciou uma ciência que teve o seu grande mestre em Leite de Vasconcelos.

Esse Garrett foi uma espécie de rosa de ventos aberta a todas as inspirações das artes e da vida pública. Herculano, esse moldou-se a si próprio, como uma estátua, um símbolo vivo de exemplaridade austera, de vivência na história da consciência política da actualidade. Tem-se dito e tem-se increpado Alexandre Herculano porque, acusam-no, ele foi violento e apaixonado no julgamento de D. João III na sua «História da Inquisição em Portugal». Eu direi: bem haja o escritor a quem a cólera impeliu a pena e bem haja o chicote com que ele flagelou esse monarca chamado, por antifrasede, o piedoso, que comprou a peso de ouro o direito de afogar a fé alheia e a consciência livre no patíbulo ou na fogueira.

Mas passemos agora para a outra, a mais bela geração produzida pelo Liberalismo em Portugal. Eu refiro-me à que vai da chamada Escola de Coimbra aos Vencidos da Vida e a que pertencem Eça de Queirós, o neto de Joaquim José de Queirós, que foi educado em Verdemilho, o filho da Ria de Aveiro, como ele próprio se chama. Eça de Queirós, Guerra Junqueiro, Ramalho Ortigão, Antero, Teófilo, tantos outros!

E peço-lhes que sigam agora o meu raciocínio. Como é que esse Ramalho, o íntegro Ramalho, o forte, o sadio, o puro, o franco, o aberto, o despejado,

que tinha arte de escrever, como quem fala sem papas na língua, como é que Junqueiro, em cuja lira ressoam as angústias da Pátria vilipendiada, como é que o próprio Oliveira Martins, que escreveu «Portugal Contemporâneo» com um sentido tragi-cómico, misto de genial e caricatura, como é que Antero, o Santo Antero, o poeta, o crítico, filósofo, o homem que ergueu o conceito da liberdade às últimas culminâncias na sua obra sobre as tendências actuais da filosofia em Portugal no século XIX, como é que eles poderiam escrever essas páginas supremamente livres num regimen em que não dominasse, já não digo a liberdade de imprensa, mas em que o livre espírito crítico fosse por assim dizer a suprema afirmação da cultura e da civilização?

O caso de Eça de Queiroz, meus senhores, é mais típico porque ele, espécie de Jeová malicioso, pegou desse barro da estupidez humana e dos vícios que ele encontrara à sua volta e moldou essa galeria de tipos que fazem ainda hoje o nosso encanto e o encanto de todo o mundo lá fora; tão verídicos, tão palpantes de vida e de grotesco que os próprios contemporâneos, muitos deles, tiveram de se rir ao espelho, de envergonhados, ao ver a sua própria imagem pintada no romance.

Digam-me, como é que podíamos conceber o autor do Crime do Padre Amaro, dos Maias, da Relíquia, do Mandarim, num regime miguelista, no regime anterior, em que dominava a censura, em que dominava o arrocho, a perseguição da polícia e, sobretudo, o medo, esse medo que enxovalha e humilha a criatura humana! Esse medo que abafa a voz nas gargantas e nas consciências e faz dos homens miseráveis rezes de um rebanho. Ah! Adeus Conselheiro Acácio, bexiga de ridículo e grotesco. Adeus Pacheco, cujo imenso talento brilhava apenas nos cristais dos seus óculos. Adeus cínico Primo Basílio, adeus cínico Padre Amaro, adeus repulsivo Salsede e tantos outros.

Que digo eu, adeus cóleras sagradas de Herculano, adeus risadas sadias de Ramalho, adeus veemências proféticas de Junqueiro! Ah! tudo isto desaparecia! E eles seriam, quando muito, magníficos amanuenses, que talvez nas horas vagas pudessem compor poesias líricas para o «Almanaque de Lembranças».

Na sua vez, na vez desses réprobos, réprobos para o miguelismo, tínhamos uma literatura cediça e bolorenta, de conformismo, de erudição gulosa, de homilia e lausperene, de panegírico baboso dum lado, e, do outro, ah! e do outro! a «Besta Esfolada» do Padre José Agostinho de Macedo, que pedia que houvesse, para regalo do povo, todos os dias, carne fresca de liberais enforcados.

Ou a contramina do Padre Fortunato, Frei Fortunato de São Boaventura, que pedia ao Senhor, que

pedia a Deus, que as florestas dessem todas as vergõntes necessárias aos cacetes que eram necessários para esmagar os miolos dos que não seguiam a verdade miguelista.

Melhor ainda, o que pedia o Padre Alvito Ruela, na sua «Defesa de Portugal» que chegava a pedir que se arrancassem os fetos dos ventres das mulheres dos liberais para que se lhes acabasse com a raça.

Senhores: e se houvesse algum recalcitrante, algum recalcitrante das letras, lá estava o General Peres Jordão, o devotado guarda da Torre de S. Julião da Barra, para amassar os ossos e abafar os gritos nas masmorras subterrâneas, aos contumazes que não acreditassem com o fervor bastante nas virtudes e nos benefícios sublimes do Salvador da Pátria, e do Messias e enviado de Deus, o Senhor D. Miguel.

Meus Senhores, isto já vai longe e eu vou terminar.

Oliveira Martins, que eu aqui citei mais que uma vez, quando dá o balanço às lutas liberais, pergunta: Mas que é a Liberdade? Segundo ele, é uma palavra vaga e cujo conceito varia e que de facto não resolveu, por si só, os problemas portugueses.

Eu direi: Se Oliveira Martins tivesse penado nas prisões, as violências do cárcere, a fome, a miséria, se ele tivesse tido de negar, infamado, ferido na sua honra e incapacitado de a defender, se ele tivesse sido

acusado de traidor à Pátria e no entanto a tivesse defendido e procurado exaltar constantemente em toda a sua vida e durante o exílio e não pudesse sequer dizer que não e defender-se, ele saberia o que era a Liberdade.

Eu sei o que é a Liberdade!

Vou terminar por onde comecei, o agradecimento à cidade de Aveiro.

Aveiro, cidade precursora!

Bem hajas pelo teu grito anunciador, Aveiro, cidade sempre igual a ti mesma, no passado e no presente, bendita sejas pela tua constância e a tua fé.

Aveiro, mártir regada de sangue e de lágrimas, ensina-nos com o teu exemplo, diz-nos que a Liberdade não morre porque ela é tão certa como a manhã depois da noite e eu sei que desde o fundo lóbrego das idades, através de milénios, todo o esforço dos homens tem sido a conquista progressiva da liberdade.

E eu te vejo, Aveiro, como a própria figura ideal da Liberdade, coroada de esperança e na frente a estrela refulgente da certeza no futuro.

E eu oiço, nos teus canais, na tua Ria, nos teus campos, nos teus barcos, nas tuas oficinas, nos teus tribunais, nos teus consultórios, a alma e a voz de José Estêvão difundida mas clamando com voz mais imperiosa e eloquente do que nunca:—pão, justiça, Liberdade!



Da esquerda para a direita: Júlio Calisto, Álvaro Neves, Mário Sacramento, João Sarabando, Jaime Cortesão, Costa e Melo, Manuel Figueiredo, Armando Castela, João Morais Sarmiento, Manuel das Neves e Joaquim José de Santana.

bibRIA

NA CAPA:

Proa e popa de barcos moliceiros

Sumário

	Página
* Brasões de armas dos municípios do distrito de Aveiro	3
* Explicação necessária	8
* Palavras do Governador Civil	9
* Notas sobre a implantação da República em Aveiro e seus antecedentes	15
Por Eduardo Cerqueira	
* Por terras de Santa Maria da Feira — Tópicos para uma visita turística e cultural	37
Por Abílio Ferreira da Silva	
* 16 de Maio de 1828 — Conferência de Jaime Cortesão proferida em Aveiro, em 1956	45